

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MARIZÂNGELA MELO DOS SANTOS**

**IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO  
CONTEXTO DA UFAL: ESTUDO DE CASO DE 2005 a 2006.**

**MACEIÓ - AL**

**2014**

MARIZÂNGELA MELO DOS SANTOS

IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO  
CONTEXTO DA UFAL: ESTUDO DE CASO DE 2005 a 2006.

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de Mestrado, em Sociologia, realizado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Breitner Tavares

**MACEIÓ - AL**

**2014**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade**

S237s Santos, Marizângela Melo dos.  
Implantação de políticas públicas de ações afirmativas no contexto da UFAL: estudo de caso de 2005 a 2006 / Marizângela Melo dos Santos – 2014.  
92 f.

Orientador: Breitner Luiz Tavares.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 89-92.  
Inclui anexo.

1. Educação – Ações afirmativas. 2. Sistemas de cotas. 3. Universidade Federal de Alagoas – Programas de ação afirmativa. I. Título.

CDU: 316:378-058

Folha de Aprovação

AUTOR: MARIZÂNGELA MELO DOS SANTOS

IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO  
CONTEXTO DA UFAL: ESTUDO DE CASO DE 2005 a 2006.

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de Mestrado, em Sociologia, realizado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito para obtenção do título de mestre em Sociologia aprovada em 14 de março de 2014.



---

Prof. Dr. Breitner Luiz Tavares (Orientador)

Banca Examinadora:



---

Professor-convidado Pedro Simonard (Examinador Externo)



---

Professor João Vicente Ribeiro da Costa Lima (Examinador Interno)

Ao meu esposo, pelo companheirismo e apoio incondicional, ao meu estimado filho, aos meus pais e ao meu orientador pelo aprendizado e paciência.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelas bênçãos recebidas, coragem e sabedoria para concretizar meus objetivos.

Ao meu esposo, Marcello Melo, pelo apoio, carinho, atenção, dedicação e companheirismo durante toda a confecção deste trabalho, pois esse trabalho também é dele.

Aos meus pais, pessoas simples e exemplos de vida, que são o esteio da minha jornada de aprendizado, sendo os meus maiores incentivadores.

Ao meu filho João Guilherme que, nesse período era muito pequeno e não entendia muito bem a minha ausência, de modo que sempre solicitava a minha presença.

A todos os meus irmãos pelo apoio que me deram durante esta jornada.

À minha grande amiga Keler, grande incentivadora para que eu chegasse até aqui.

Aos meus colegas de trabalho, em especial: Ritinha, Mário, Patrícia, Mendell, Dr. Carlos, Dr. Andreson, pelo estímulo e apoio no decorrer desta adorável maratona de aprendizado e conhecimento.

A todos os Professores pelos conhecimentos que foram passados. Suas horas de dedicação fortaleceram a chegada até aqui.

E ao meu caro orientador, Professor Breitner Tavares, cuja paciência e direcionamento precisos, tornaram esse trabalho possível.

“Uma civilização é julgada pelo tratamento  
que dispensa às minorias”.

*Paulo Freire*

## RESUMO

A Educação muda através do tempo de acordo com o contexto socioeconômico e político em relação à sociedade em que se aplica, portanto, variável. O conceito de Educação representa um objetivo a se alcançar e o Brasil, vem fazendo grandes investimentos na área para elevar seu nível de educação de base e superior, porém, ainda insuficientes para evidenciar um aumento real dos índices internacionais de desenvolvimento da educação. Com tantas diferenças o Brasil vem apostando nas políticas públicas, como meio de proporcionar a diminuição das desigualdades, seja de ordem social, racial e gênero, propiciando a população necessitada uma nova perspectiva de vida. A política pública das ações afirmativas de acesso ao ensino superior são justas e necessárias, representam parte dos investimentos do governo e ao mesmo tempo suscitam a grande diferença da qualidade e carência do ensino fundamental e médio da camada social carente em relação à abastada. Dessa forma a presente dissertação mostra como ocorreu a implantação das cotas na Universidade Federal, analisando como essa implantação está proporcionando o acesso ao nível superior. Evidentemente que o sistema de cotas é positivo sobre diversos aspectos tanto para a Instituição, quanto para o corpo docente e discente.

Palavras-Chave: Educação. Ações Afirmativas. Sistema de Cotas.



## **ABSTRACT**

Education changes through time according to the socioeconomic and political context in relation to the society in which it therefore applies variable. The concept of education is a goal to achieve and Brazil has been making major investments in the area to raise their level of basic and higher education, however, still insufficient to show a real increase in international education development index. With so many differences Brazil has been investing in public policies, as a means of providing to reduce inequality, whether social, racial and gender order, giving the needy a new perspective on life. The public policy of affirmative action for admission to higher education are fair and necessary, represent part of the government's investment and at the same time raise a big difference in the quality and lack of elementary and secondary education of needy social layer in relation to the wealthy. Thus this dissertation shows how the implementation of quotas in the Federal University occurred, analyzing how this deployment is providing access to the upper level. Evidently the quota system is positive about many aspects both for the institution, and for the teachers and students.

**Key-words:** Keywords: Education. Affirmative Action, Quota System.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>11</b>
1.1 Origem.....	11
1.2 Conceito.....	12
1.3 Políticas Públicas e Políticas Governamentais .....	14
1.4 Modelos de Políticas Públicas .....	15
1.5 Natureza Sociológica da Política Pública .....	16
1.6 As Vertentes de Aplicação das Políticas Públicas .....	22
<b>2 AÇÕES AFIRMATIVAS .....</b>	<b>24</b>
2.1 Origem.....	24
2.2 Conceito.....	28
2.3 A Perspectiva no Brasil.....	30
2.4 Discussões Sobre as Concepções de Raça, Classe, Desigualdade Racial e Discriminação Racial .....	31
2.5 Raça e Discriminação Racial.....	36
2.6 O Sistema de Cotas.....	39
2.6.1 <i>Sistema de cotas e a desigualdade social</i> .....	39
<b>3 AÇÕES AFIRMATIVAS E O SISTEMA DE COTAS NA UFAL.....</b>	<b>50</b>
3.1 O Sistema de Cotas na UFAL e a sua Implantação .....	50
3.2 A Concepção da Implantação das Cotas e as suas Principais Perspectivas Teóricas .	50
3.3 A Dinâmica do Processo de Implantação.....	52
3.4 O Projeto de Ações Afirmativas - PAAF.....	60
3.5 Operacionalizando o Conceito de Raça na Concepção das Pessoas.....	61
3.6 Pardos e Pretos: Um Grupo Social Caracterizado Como Negros .....	64
3.7 As Cotas e os Sujeitos Sociais.....	65
3.8 O Recorte de Gênero Aplicado na UFAL .....	67
3.9 O Vestibular de 2005 da UFAL.....	68
<b>4 ANÁLISE QUANTITATIVA DA EVOLUÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS – COTAS.....</b>	<b>70</b>
4.1 A Efetividade das Cotas após a Implantação e as Principais Comparações com os Anos Seguintes.....	70
4.2 Políticas que Viabilizam a Permanência dos Cotistas na Universidade.....	79
4.3 As Legislações Aplicadas às Cotas.....	80
4.4 As Perspectivas de Alguns Alunos Cotistas Frente às Cotas.....	81
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>93</b>

## INTRODUÇÃO

A proposta da pesquisa em epígrafe está pautada nos estudos e pesquisas relacionados com a implantação da política pública das ações afirmativas na Universidade Federal de Alagoas, sendo tais medidas atualmente, de cunho social e econômico que visam diminuir a desigualdade social, possibilitando o acesso de afrodescendentes provenientes das Escolas Públicas à Universidade Federal, através de programa de sistema de cotas, que tendem a sanar ou ao menos minimizar as diferenças existentes no país, o recorte da presente dissertação se encontra no Estado de Alagoas, mais precisamente, na Universidade Federal de Alagoas, Campus de Maceió.

A Universidade Federal de Alagoas como signatária das ações afirmativas destina um percentual de suas vagas a candidatos afrodescendentes oriundos de escolas públicas, no chamado Sistema de Cotas, proporcionando a esses candidatos a inclusão ao ensino superior no Estado, tal iniciativa teve seu nascimento através da Resolução nº 09/2004, em seu art. 1º - Dar nova redação ao Art. 24 da Resolução nº 20/99- CEPE/UFAL.

Com isso, é importante pesquisar como ocorreu essa implantação, os motivos que levaram a Universidade a aderir o programa em Alagoas, bem como, o impacto social que essa ação afirmativa, o sistema de cotas, está gerando nos alunos da Universidade Federal, no que se refere aos aspectos socioeconômicos e educacionais, assim como, a sua efetividade para minimizar a exclusão social em Alagoas, coadunando com as exigências contemporâneas de desenvolvimento das relações de solidariedade, cooperação e respeito à diversidade cultural humana.

Para isso, a proposta de pesquisa tem como base a análise de cunho exploratório, descritivo e de campo, cujo objetivo é buscar informações sobre os cotistas da Universidade Federal, campus Maceió, estabelecendo relações entre as possíveis variáveis a partir das informações obtidas através das pesquisas e coleta das entrevistas, onde os fenômenos ocorrem em situação natural. Será realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa, tendo por base o diagnóstico comportamental da instituição pública, bem como a atuação dos estudantes frente às políticas públicas de ações afirmativas.

Utilizarei opositos da realidade da educação apenas para tentar ilustrar ao leitor as milhares de facetas da educação desse país, que se compreende em dimensões continentais e para relacionar com o objeto da minha pesquisa.

Visualizar na prática o Ator Social oriundo de um passado mais desigual que o atual. Um Ator Social que foi capaz de superar as limitações culturais, socioeconômicas e políticas,

a ele imposta, podendo ser considerado um guerreiro, um obstinado que compreendeu mesmo que em parte ou em sua totalidade a importância da Educação para a sua própria emancipação social, para que ele possa ter e proporcionar a si mesmo e aos seus, condições dignas de sobrevivência.

Um Ator social que anseia pela comunicação, que quer fomentar a discussão das diferenças, que está disposto a se superar diariamente para se manter e se destacar nesse cenário que antes não fazia parte, se quer de seu universo simbólico, para proporcionar à sua próxima geração um futuro melhor.

Demonstrar ainda, que é importante o acesso aos serviços básicos, as mesmas oportunidades, não apenas em razão por estar na escola de forma passiva, ao contrário, por entender as forças que nela atuam, por compreender o sistema a qual está inserida, refletir sobre a reprodução da organização e de interesses sociais, mas conscientizar-se da sua própria construção enquanto sujeito, da sua relação com os outros, com o ambiente, das discussões, da qualidade de suas relações e dos resultados advindos da interação com esse complexo social e interpessoal.

Para conhecer melhor o objeto da pesquisa procederei como a seguir:

a) A primeira, de maneira quantitativa através levantamento estatístico, através de informações brutas, fornecidas pelo NEAB, quanto ao número de cotista no primeiro ano de implantação das cotas e os demais anos seguintes, como do perfil da população cotista na Instituição quanto a: Gênero; Idade; Renda familiar;

b) A segunda parte que será através da pesquisa qualitativa, analisando os dados existentes e traçando o perfil, a qualidade do estudante cotista e a sua área de interesse mediante a escolha dos cursos.

c) A terceira etapa serão entrevistas com alguns cotistas para identificar o nível de satisfação e compreensão das cotas e o que elas representaram na vida de cada um;

Como referencial teórico, utilizarei o pensamento de vários clássico da sociologia, como Durkheim, Karl Marx e Weber, e da sociologia contemporânea, como Pierre Bordieu, Jessé Souza, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, entre outros. Ademais, serão apresentados os pontos no que pese a sociologia jurídica, amparando as políticas afirmativas como saneadora da desigualdade social.

# 1 POLÍTICAS PÚBLICAS

## 1.1 Origem

É um desafio falar sobre políticas públicas no Brasil, tendo em vista a grande desigualdade social, os vários problemas acarretados por essa desigualdade e a necessidade de melhorias nos vários setores estatais e estruturais da nação brasileira.

Com isso antes de fazer os apontamentos quanto às principais políticas públicas e as suas espécies se faz imperioso relatar como se deu a origem de tais políticas, o surgimento e as principais características que diferenciam políticas públicas de políticas governamentais, por exemplo.

Daí decorre a necessidade de compreender a origem e a ontologia de uma área do conhecimento, ou seja, as políticas públicas, que são importantes para melhor entendimento de seus desdobramentos, de sua trajetória e das suas perspectivas.

O termo políticas públicas nasceu nos Estados Unidos, com o enfoque voltado para os estudos relacionados com a análise e a dinâmica das ações do Estado, dentro do conhecimento da disciplina acadêmica de Ciências Políticas, em meados do século XX, diferentemente da perspectiva europeia, onde as políticas públicas surgiram com base nas teorias explicativas sobre o Estado de forma estática e as suas especificidades, atribuindo mais ênfase a instituição do governo.

Menciona Celina Souza<sup>1</sup>, em seu artigo intitulado Políticas Públicas: uma revisão da literatura, que as políticas públicas possuem pais que caracterizam as suas principais especificidades por ordem cronológica de desenvolvimento, *in verbis*:

Considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro grandes "pais" fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo

---

<sup>1</sup> <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_arttext)>, visitado em: ago. 2013

Easton, políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. (CELINA SOUZA)

Percebe-se que as políticas públicas caracterizam por realizarem ações que atinjam de forma positiva os cidadãos do Estado, dando um caráter mais social e a ideia de tratamento igualitário.

Verificando-se o nascimento de tais políticas no Brasil, percebe-se que essas políticas iniciaram-se de forma mais singela e atingiram proporções consideráveis, desde da época de Vargas até ganhar natureza constitucional.

As políticas públicas têm a sua gênese na Era Vargas, em 1930, ganhando natureza constitucional com a Carta Magna de 1934, que determinava diversas medidas governamentais de caráter social.

Outro grande avanço nas medidas governamentais de cunho social que podemos mencionar foi o nascimento das Consolidações das leis trabalhistas (CLT), que apesar de está em um período onde se verificou certa estagnação no avanço das políticas públicas sociais, bem como a criação da Justiça do Trabalho representaram uma grande conquista dos trabalhadores.

A consagração dos direitos sociais se deu com o nascimento da Constituição de 1988, que trouxe em seu bojo vários artigos e incisos que consagram e garantem os direitos sociais em sua plenitude.

## 1.2 Conceito

Em todo arcabouço teórico não existe um conceito, ou uma única definição para política pública, cada estudioso discorre dentro de seu ponto de vista sistemático o que melhor define política pública, nesse patamar podemos citar vários conceitos sobre a temática.

Iniciando pelo que menciona Rua (2009, p. 20)<sup>2</sup>: “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”.

A afirmativa chama atenção pela necessidade da formação da ação que traduz em política pública, onde se percebe que não basta uma atitude isolada, mas um conjunto que venha interferir em uma gama da população envolvida com a política, como por exemplo, o bolsa família, atingindo todos aqueles que estão na linha da fome e da miséria, em contraponto de movimento como o movimento de Cidadania contra a Fome e a Miséria,

---

<sup>2</sup> RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. 20 p.

promovido pelo famoso Bentinho, que é um movimento privado com repercussão de ordem de interesse público, não se traduz em política pública.

Avançando sobre o conceito de política pública, verificamos o conceito de Enrique Saravia, que define<sup>3</sup>:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. (ENRIQUE SARAVIA)

Com isso, observa-se que política pública é decisão de caráter governamental que otimizam o aprimoramento de melhores condições de vida para aqueles que se encontram em situação de dificuldades sociais.

Ademais, há outras definições que põe em ênfase o papel da política pública na solução de problemas. Nas várias críticas as definições apresentadas pairam o argumento de que elas ignoram a essência da política pública, ou seja, há um confronto em torno da idéias e interesses. Outra questão também relevante está no fato dos conceitos citados concentrarem o foco no papel dos governos, deixando de lado o seu aspecto conflituoso e possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais.

Acrescenta outras posições fazendo ressalvas quanto ao alcance nas diversas áreas que as políticas públicas podem atuar e serem recepcionadas (CELINA SOUZA)<sup>4</sup>:

No entanto definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o locus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos.

<sup>3</sup> SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas** - organizadores. Coletânea – Volume 1- INTRODUÇÃO À TEORIA DA POLÍTICA PÚBLICA.

<sup>4</sup> SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

Com isso podemos entender como políticas públicas a dinâmica praticada pelo governo, como ação, que constituem em um conjunto de atos, opções e decisões coerentes, direcionadas a determinados grupos sociais, que caracterizam o interesse e delimitam o interesse público.

Ademais é importante frisar que as políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

### **1.3 Políticas Públicas e Políticas Governamentais**

Apesar de uma fazer parte do universo da outra, é importante salientar que política pública está relacionada à política no seu sentido lato, isto é, pra a coletividade, já as políticas governamentais são derivadas aos entes Estatais, podendo demonstrar o sentido de como as políticas públicas são definidas, concluindo que as políticas públicas podem ser denominadas como uma coleção de medidas articuladas, tendo como fundamento impulsionar e movimentar o governo, através da máquina governamental, visando à concretização dos direitos buscando alguns objetivos na ordem pública. (BUCCI, 2006, p.14.)

Governo e política pública são vertentes que caminham juntas, a grande discussão versa no fato de que o próprio governo, dentro daquela ideologia e plano, pode traçar e criar políticas públicas que venham atender interesse, tanto da sociedade como um todo, como de determinado seguimento, debandando responder a questionamentos do tipo, que espaço cabe aos governos na implantação e definição de políticas públicas?

A pergunta necessita de várias vertentes para ser respondida a contento, uma vez que Governo e Política Pública caminham juntos, com objetivos comuns e de interesse mútuos, propiciando à população que necessita fazer parte e ter acesso aos recursos que o próprio Estado põe a disposição de seus cidadãos.

Verifica-se que a ótica das políticas públicas depende de uma série de fatores que passam pelo caráter histórico, cultural e social dentre os quais irão contribuir para o desenvolvimento e surgimento das políticas voltadas para os campos necessitado da sociedade.

Há argumentos no sentido de que existe uma mitigação na capacidade do governo intervir e formular políticas públicas, ressaltando o fato da participação de grupos e outras lideranças e representação de classes na implantação dessas políticas, contudo visões menos



ideologizadas defendem que, apesar da existência de limitações e constrangimentos, estes não inibem a capacidade das instituições governamentais de governar a sociedade (PETERS, 1998, p. 409), apesar de tornar a atividade de governar e de formular políticas públicas mais complexas.

#### **1.4 Modelos de Políticas Públicas**

As políticas públicas apresentam vários objetivos e pormenores distintos, bem como muitos são os modelos ou tipos em que tais políticas se apresentam, propiciam auxiliar na compreensão dos conceitos que com elas se relacionam. As espécies adiante demonstradas buscam compreender o que se quer fazer, as ações e soluções possíveis para os problemas em determinada sociedade.

Modelos foram desenvolvidos e apresentados por vários estudiosos para atender as necessidades e o que preconizam os conceitos de políticas públicas, passaremos a mostrar os principais. Assim temos:

Theodor Lowi (1964; 1972) criou a mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborando através da máxima: a política pública faz a política. A máxima desenvolvida por Lowi quis demonstrar que cada tipo de política pública vai descobrir diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Para o autor (Lowi), a política pública pode adotar quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, são aquelas que contêm objetivos pontuais relacionados ao oferecimento de serviços do estado e equipamentos, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo”. (CELINA SOUZA)<sup>5</sup>

Esse modelo de política pública é comum e usado no Brasil, mais precisamente, pelo Poder Legislativo, tendo em vista que a parcela mais pobre da população brasileira tem necessidades individuais, devido à falta de recurso e assistência básica. Frise-se que tais políticas são muito criticadas por que tendem a ser usadas como meio de troca de votos uma vez que existe um “assistencialismo distorcido”.

Azevedo (2003), analisando os estudos de Theodor Lowi, desenvolveu três tipos de políticas públicas, indicando inicialmente as políticas públicas redistributivas que segundo o autor (AZEVEDO, 2003, p. 28) consistem em redistribuir renda na forma de recurso/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos, exemplificando, pode ser citadas, a

---

<sup>5</sup> CELINA SOUZA. <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_arttext)>.

bolsa-escola, isenção de IPTU, entre outras, quanto ao segundo tipo, chamou de política distributivas, que consiste nas ações rotineiras que todos os governos devem fazer relacionadas com o oferecimento de equipamentos e serviços públicos, como por exemplo, limpeza de via pública, reparos nas creches, entre outros.

Já as políticas regulatórias implicam na confecção de leis que possibilitarão os governos a fazerem ou não políticas redistributivas ou distributivas.

Observa-se que há vários modelos e tipos de políticas públicas, enfatizando vários elementos, conforme a sua linha de atuação e natureza, verificando que a utilização vai depender da finalidade e da percepção do problema em que a política pública visa a sanar, mediante este diagnóstico, será implantada a política dentro da teoria e objetivos a serem alcançados.

O que se sabe é que seja qual for o modelo todos permeiam e possuem características principais, conforme inferiu Celina Souza, em seu artigo, *in verbis*:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (CELINA SOUZA)

### **1.5 Natureza Sociológica da Política Pública**

Falar sobre a natureza das políticas públicas é uma tarefa complexa, tendo em vista que tais políticas percorrem vários caminhos para atingirem os seus objetivos e efetividades, com isso, depreende-se que para se fazer e implantar uma política pública, o gestor deve realizar uma análise sistemática do problema que se quer sanar com a aplicação de tal medida, realizando dentro do campo de conhecimento todos os meios cabíveis que lhe dê suporte para entender e viabilizar a melhor política na comunidade ou no determinado grupo social onde a política será aplicada.

Uma vez que, Políticas públicas são “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e analisar essa ação” (SOUZA, 2006, p. 26).

O governo que possui atitude não deve ser tratado pelo analista como uma organização monolítica e apartada da sociedade, porque esta não apenas o influencia e o legitima, bem

como é, em grande parte, modelada e transformada pelas políticas governamentais (PIERSON, 1993).<sup>6</sup>#

Nessa temática se discute que a política pública passa por vários ramos do conhecimento, por conta dessa necessidade de análise sistemática que acompanha o desenvolvimento das políticas na sociedade.

A complexa relação entre Estado e sociedade é uma das razões as quais as políticas públicas estão intrinsecamente interdisciplinares. Tal afirmação pode ser aplicada tanto à disciplina acadêmica a qual estuda as práticas sociais presentes nos processos de elaboração, implementação e avaliação de políticas, quanto às práticas ou ações de atores e decisores políticos. Ademais a análise de políticas públicas se encontra impregnada por uma ambivalência implícita: ela é, ao mesmo tempo, uma disciplina específica, que possui objeto próprio cuja definição tem#motivado intensos debates (SOUZA,#2006), e um campo nitidamente interdisciplinar, com fronteiras disciplinares irregulares, especialmente entre as ciências sociais básicas e aplicadas as quais oferecem os fundamentos teóricos e metodológicos desse campo de conhecimento<sup>7</sup>.#

Quando da análise da ação dos governos, os pesquisadores acreditam que tal ação – bem como o que a provoca – ultrapasse os limites estatais ou a esfera da política. Desta feita, o cerne dos estudos recai sobre um dos temas de pesquisa mais caros à sociologia política: as relações entre Estado e sociedade. Entretanto, a contribuição da sociologia para o campo das políticas públicas é ainda mais ampla<sup>8</sup>.

Com isso se vê que o caráter sociológico das políticas públicas recai sobre os vários atores que fazem parte do conjunto que envolve as políticas públicas, iniciando pela relação, Estado e sociedade, passando pelos grupos sociais e o debate sociológico sobre estruturas e instituições sociais podem auxiliar na análise de políticas.

Observando a relação, Estado e sociedade, verifica-se que tais questões interferem e trazem ideias, teorias, modelos que caracterizam os chamados os imperativos cognitivos e normativos, que derivam de paradigmas que oferecem “descrições e análises que especificam relações de causa e efeito consideradas como inquestionáveis”. Os quadros de referência normativos e as ideias normativas, “consistem em pressupostos inquestionáveis [...] sobre

---

<sup>6</sup> CORTES, Soraya Vargas; LIMA, Luciana Leite. **Teoria Social e Sociedade** - A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas

<sup>7</sup> CORTES, Soraya Vargas; LIMA, Luciana Leite. **A Contribuição da Sociologia para Análise das Políticas Públicas**. <http://www.scielo.br/pdf/ln/n87/03.pdf>, visitado em ago. 2013.

<sup>8</sup> Idem o citado acima

valores, atitudes, identidades e expectativas coletivamente compartilhadas” (CAMPBELL, 2002, p. 22-3).

As normas sociais desenvolvidas pelos clássicos, como Durkheim e de Weber, ganham seu caráter teórico-epistemológico de acordo com os atores sociais, para a teoria da escolha racional, as regras estabelecem restrições, limites ou sanções as ações dos atores que procuram a realização de seus interesses, ao passo que aqueles que fogem das regras, podem pagar um alto preço. Com relação ao intencionalismo simbólico, as normas oferecem orientações de como pensar, agir para aqueles atores que estão motivados pelo significado subjetivo que atribuem ao mundo que os cercam, bem como as suas próprias ações.

Não há divergência entre os sociólogos, pois todos acreditam que, independente, da base teórica adotada, as normas sociais, a principal fonte de ordem social e previsibilidade, estão caracterizadas na regularidade de comportamento e nas sanções àqueles que não as seguem, segundo (FELD, 2002)#

Acreditando que as instituições têm forte efeito sobre o comportamento individual e dos grupos, os institucionalistas históricos visam o papel que estas cumprem sobre o desenvolvimento de determinadas condutas pessoais e coletivas, mencionando que instituições são tanto as estruturas formais quanto as regras informais que as orientam (Miller e Banaszak-Holl, 2005). Para os autores mencionados, não há um planejamento por parte dos atores individuais ou coletivos das estruturas e dos resultados de políticas, contudo o que há, são escolhas realizadas sob o constrangimento, por vezes abrupto, de instituições (SCOTT, 1992). Caso as normas sociais informais sejam consideradas instituições, como frequentemente o são nos estudos dessa corrente, em certa medida, categorias cognitivas são levadas em conta na explicação dos fenômenos sociais e políticos (HALL e TAYLOR, 1998).<sup>9</sup>

De logo se observa que as Instituições representam um papel muito importante na sociedade, chegando ao patamar de orientar e interferir de forma, positiva ou não, nas relações e decisões dos indivíduos sociais.

Entre os principais autores na sociologia contemporânea, podemos citar Giddens como aquele que mais se aproxima da visão do neo-institucionalismo da escolha racional tendo em vista o modo como agem os indivíduos frente às instituições. Giddens (1989) amparou sua teoria da estruturação e suas concepções com relação à reflexividade dos agentes sobre os fundamentos teóricos das propostas da “terceira via”. Para o autor, os indivíduos podem

---

<sup>9</sup> HALL e TAYLOR, 1998 – citado em Cortes, Soraya Vargas e Lima, Luciana Leite.

intencionalmente fazer escolhas, os seres humanos não estão meramente seguindo “roteiros” ou regras institucionais ou estruturais, mas são agentes reflexivos (GIDDENS, 1989).

Outra perspectiva sociológica é vista com os chamados neoinstitucionalismo sociológico, que possui um conceito central de “setor societal”, onde se verifica dois pontos de destaque, o primeiro está relacionado ao conjunto de organizações que operam em um domínio singular, identificado pela similaridade dos serviços, produtos ou funções e o segundo com outras organizações que influenciam o desempenho de organizações focais tais como provedores-chave, consumidores, agências regulatórias, fontes de financiamento e competidores (MILLER E BANASZAK-HOLL, 2005).

Com isso, e tendo em vista o lugar central que essas instituições ocupam nas explicações sociológicas, é importante compreender os fatores que repercutem na formação e implantação de políticas públicas.

Quanto aos grupos sociais, é importante uma vez que fazem parte da sociedade e explora as bases sociais de processos políticos da sociedade. “Grupos sociais” estão aqui caracterizados como sendo, genericamente, os atores coletivos formados por secções da sociedade, que são denominados de diferentes maneiras conforme a teoria social empregada.

Ressalte-se que a sociologia contemporânea estuda o grupo social sob o prisma de duas perspectivas: a das identidades sociais e a dos atores; a primeira está relacionada aos estudos do ponto de vista da constituição de grupos sociais que podem demandar ou ser objeto de políticas públicas. Esses estudos potencializam, em geral, o caráter de relação da construção de identidades sociais.<sup>10</sup>

A construção de uma identidade singular se encontra vinculada ao compartilhamento de uma matriz cognitiva e normativa que traduz em fonte de coesão grupal e do estabelecimento de limites com outros grupos identitários (MULLER E SUREL, 2002). Para que exista uma identidade há necessidade de outra, que delimita a diferença entre ambas.

Teorias, como a do reconhecimento e da construção de identidades e alteridades sociais, vêm colaborando para o aprimoramento da formação de identidades. A interpretação da palavra reconhecimento se encontra no processo por meio do qual, partindo das relações intersubjetivas, onde um sujeito se impõe e se contrapõe a outro, identidades individuais e coletivas são afirmadas (HONNETH, 2003; TAYLOR, 1994). A forma de luta pelo reconhecimento é a ação coletiva na qual o desrespeito, o não reconhecimento e a dominação cultural (FRASER, 2001) de uma determinada forma de ser no mundo repercute em “um

---

<sup>10</sup> **A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas - Soraya Vargas Cortes e Luciana Leite Lima).**

conflito cujo principal resultado é a ‘evolução moral’ da sociedade” (FIGUEIREDO, 2008, p. 17).

A sociologia tem se debruçado nos estudos de novos atores, examinando os ideais, os discursos produzidos, a ação política deles, avaliando e acompanhando a construção de grupos por eles formados a partir da ação do Estado, que os reconhece e institui como beneficiários de políticas.

Já com relação a segunda perspectiva, relacionada a dos atores, verifica-se que a sociologia política utiliza-se do conceito de atores estatais e societais – da sociedade civil e de mercado – com o intuito de classificar grupos sociais que operam na esfera política. A gênese imediata desse uso está na interconexão entre as questões sobre sociedade civil e a teoria democrática (COHEN e ARATO, 1992), porém a fonte teórica pode ser encontrada nos estudos de Gramsci (2004), Touraine (1981) e Melucci (1985) que estudam sobre a sociedade civil e, com ênfase, na concepção deliberativa da esfera pública de Habermas (1989) e seus seguidores (COHEN, 2003).

Visualizando os tipos de atores societais podemos traçar algumas diferenças entre: os sociais e os de mercado. Os primeiros estão relacionados ao conceito de sociedade civil, enquanto os segundos estão ligados à noção de economia de mercado. Com isso, percebe-se que a sociedade civil e seus atores são diferentes do Estado e do mercado, bem como, são diferentes de seus respectivos atores. Menciona Cohen (2003), que os atores estatais e de mercado estariam compelidos a operar em ambientes regidos pelo poder e pelo dinheiro, enquanto o mesmo não aconteceria com os atores sociais.

Enfim entender esses atores e saber fazer uma análise sistemática das características e dos grupos que cada individual venha ou pertença, irá favorecer para aplicação e efetividade da política a ser aplicada.

Por fim é imprescindível falarmos sobre as instituições e estrutura social, como tais questões estão vislumbradas na sociologia e como interferem no bom andamento e aplicação da política pública.

A investigação científica sobre a desigualdade social, estratificação e estrutura social e a relação dessas últimas com as instituições políticas é objeto de estudo da sociologia desde os clássicos, onde se obteve como um dos resultados, a constatação de que existem oportunidades desiguais de acesso a bens e serviços – sejam individuais ou coletivos – que decorrem possibilidades diferenciadas de exercício de influência sobre processos políticos.

Quando se verifica que na concepção marxista o sistema econômico capitalista determina e propicia a desigualdade social, outras teorias, como as amparadas em Durkheim e

Weber, que já atribuem, respectivamente, que a causa da desigualdade se encontra nos processos de diferenciação social o qual asseguram a integração funcional das sociedades e a fatores econômicos e extra econômicos como *status* social e a filiação político partidária.

Para a sociologia contemporânea, representadas por vários sociólogos, como Bourdieu (1989), Giddens (1989) e Luhmann (1991), observa-se que os autores analisam os diversos campos, sistemas e subsistemas sociais se organizam como estruturas sociais assimétricas, que se baseiam em critérios especializados, pertencente a determinado conteúdo (área educacional, hospitalar, exemplificando), e as regras de distinção entre os que ocupam posições nessas estruturas.

São considerados como fundamentos que justificam a posse desigual de recursos e a posição social que os indivíduos e grupos ocupam nas estruturas sociais os critérios de diferenciação e de estabelecimento da hierarquia social.

De forma geral, aqueles que estão no topo das hierarquias sociais de um dado campo, sistema ou subsistema têm mais facilidade de ocupar posições superiores em hierarquias de outros sistemas por meio de mecanismos de conversão de estoques de recursos acumulados (PEILLON, 1999).

Esses grupos e indivíduos podem interferir na implantação, determinando e participando de posições em detrimentos dos outros menos relacionados e que possuam um acesso mitigado àqueles que detêm o poder.

É importante para a análise, implementação e formulação de políticas públicas o estudo das instituições que corroboram para designar organizações responsáveis por implantar normas sociais em indivíduos e grupos quanto normas sociais em si mesmas, as “regras”, “prescrições compartilhadas (deve, não deve, pode ou não pode) as quais são reciprocamente entendidas e previsivelmente implementadas em situações particulares por agentes responsáveis por monitorar a conduta e por impor sanções” (OSTROM, 2007, p. 23).

Na sociologia contemporânea, encontramos nas obras de Goffman (1959, 1961) e de Foucault (1979, 1987), a análise e o estudo de instituições enquanto organizações, bem como normas sociais. Goffman aprimorou a teoria do ritual de Durkheim ao aplicá-la a todos os aspectos dos encontros sociais. Aplicando a analogia com o teatro, o autor mencionava que os rituais não tão somente criam imagens do *self*, mas negociam laços sociais e controlam os outros, como também exigem recursos materiais e culturais (COLLINS, 1994).

Enquanto na ótica de Foucault (1979, 1987), o autor divide sua teoria em duas fases: arqueologia do discurso e genealogia do poder/saber, contudo apenas a segundo se tornou

mais relevante para o estudo sobre políticas públicas, tendo em vista que a mencionada fase debate sobre conceitos relacionados a governamentalidade<sup>11</sup> e a biopoder<sup>12</sup>

Depreende-se que as várias concepções sociológicas sinalizam para a compreensão dos fatores que determinam a desigualdade social, diagnosticando possíveis comportamentos e as suas consequências e causas, para que a criação e a produção de políticas públicas atendam e atinjam a gama da população que necessitam de uma maior intervenção estatal para dirimir e sanar as repercussões negativas causadas desigualdade social.

As várias perspectivas teóricas favorecem a definição de ações consideradas apropriadas e as posições de indivíduos e grupos nas estruturas sociais hierarquizadas, que propiciam a aplicação de políticas públicas que atendam a sociedade.

#### **1.4 As Vertentes de Aplicação das Políticas Públicas**

Quanto à aplicação e implantação de políticas públicas, tais questões podem ocorrer em várias esferas ou vertentes da sociedade, como na saúde, na educação, na segurança, na assistência social, são as chamadas políticas sociais.

Dentro das políticas sociais encontramos todas as políticas que garantem todos os direitos dos indivíduos enquanto cidadãos.

Como exemplo de políticas públicas voltadas à assistência social, encontramos a proteção social básica que se desenvolve nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) oferecida a pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, ou seja, situação de risco local.

Ademais, observando as várias políticas voltadas para a educação, podemos citar o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), que de cunho social, possibilita aos estudantes de baixa renda a inclusão ao ensino superior nas faculdades/universidade privadas, bem assim, temos o Programa Universidade para Todos (ProUni) que também privilegia alunos de baixa renda que pertencem as classes sociais menos favorecidas.

Ainda na vertente da Educação, as políticas públicas, na modalidade de ações afirmativas, surgiram para reparar a desigualdade social no que diz respeito à etnia, criando a temática das ações afirmativas na modalidade de Cotas, incentivando as Universidades Federais a aderirem e implantarem em seus processos seletivos as cotas para

---

<sup>11</sup> Conjunto de três elementos: primeiros - o conjunto formado por instituições, práticas, análises, conhecimentos, cálculos e táticas; segundo: consiste na proeminência governamental e o terceiro: governamentalização do estado administrativo.

<sup>12</sup> Conjunto dos processos de natalidade, longevidade e mortalidade.



Afrodescendentes, uma vez que fora observado que dentro da comunidade universitária federal a presença do negro era algo raro, portanto, como meio de viabilizar a diminuição da desigualdade social entre a população branca e negra, nascem as cotas.

Com isso, ressalta-se que o foco do presente trabalho faz uma análise na vertente voltada para educação, com o objetivo relacionado à classe afrodescendente, nas políticas públicas chamadas de ações afirmativas, política de acesso, no âmbito da Universidade Federal de Alagoas, dos alunos negros, na qualidade de cotistas. Passando a discorrer e pormenorizar as principais características e peculiaridades referentes às Ações Afirmativas (conceito, origem e perspectivas).

## 2 AÇÕES AFIRMATIVAS

### 2.1 Origem

Infere-se na doutrina, que as ações afirmativas tiveram origem nos Estados Unidos, por quanto que tal país, empregava políticas totalmente discriminatórias a estrangeiros, imigrantes, índios e, especialmente, negros, os quais mesmos nascidos nos Estados Unidos, mas com descendência africana, era negada a cidadania americana.

Contextualiza Paulo Lucena de Menezes:

Um dos grandes significados da decisão proferida no referido caso *Brown v. Board of Education of Topeka* foi o de endossar o descontamento dos negros norte-americanos com o racismo existente, o que colaborou para o florescimento de vários movimentos em favor dos direitos humanos, a maioria revestia-se ainda de índole pacifista. Desse modo, a partir do final da década de 1950, as organizações como a NAACP (*National Association for the Advancement of Colored People*), expandem suas atividades, no mesmo diapasão que líderes da envergadura de Martin Luther King Jr.

A expressão *ações* afirmativas foi empregada pela primeira vez, no início da década de 1960, momento caracterizado por lutas, busca pelos direitos das pessoas que viviam à margem e à mercê da própria sorte, sem participação e sem acesso às necessidades básicas.

No texto oficial denominado Ordem Executiva nº 10925, de 06 de março de 1961, de titularidade do Presidente John Fitzgerald Kennedy, o termo ação afirmativa foi empregado oficialmente, o representante americano preocupado com o problema, e consciente da necessidade de promover a igualdade criou um órgão repressor e fiscalizador da discriminação no mercado de trabalho<sup>13</sup>.

Em julho de 1964, ocorreu a morte de Kennedy, seu sucessor Lyndon Johnson, criou a Ordem Executiva nº 11.246, que impôs legalmente, a criação de programas federais, que proibia a discriminação ou segregação, como meio de garantir a igualdade de oportunidade às pessoas das minorias raciais e detentoras de deficiência física, oportunizando as mesmas, condições de estarem no mercado de trabalho, com o intuito de gerar igualdade de oportunidade. Assim, foram implantadas efetivamente as políticas de ações afirmativas nos Estados Unidos.

---

<sup>13</sup> Ragazzi, Ivana Aparecida Grizzo - AÇÕES AFIRMATIVAS: A INCLUSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO.  
<[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/04\\_375.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/04_375.pdf)>, visitado em ago. 2013

Ademais, frise-se que quanto à luta contra a discriminação por conta de questões raciais, um nome ficou consagrado como expressão contra o preconceito à raça negra, o senhor Martin Luther King, que defendeu com afinco a igualdade dos negros na sociedade, objetivando oportunidade de acesso a todos os negros dentro da sociedade, desenvolvendo políticas que propiciassem tais questões. No entanto, em 1968, fora assassinado, contudo tal fato potencializou a reflexão para a igualdade de direitos entre negros e brancos.

O ponto de partida que justifica a origem da necessidade da aplicação das ações afirmativas está fixado na sociedade liberal-capitalista que acreditava não existir discriminações ou tratamento diferenciado na perspectiva social estatal do trabalho, entendendo que se houvesse condições de igualdade formal, já estaria assegurado o desenvolvimento justo e digno para todos.<sup>14</sup>

Ressalte-se que na visão de Eliana Franco Neme a igualdade formal é insuficiente, segue:

O necessário então, não é o princípio da igualdade, mas o princípio da diferença, que onde a determinação é a que a fim de tratar as pessoas igualitariamente, de proporcionar uma genuína igualdade de oportunidades, a sociedade dever dar mais atenção àqueles com menos dotes inatos e aos oriundos de posições sociais menos favoráveis. (ELIANA FRANCO NEME)

Coaduna com o entendimento de que a igualdade é apenas formal e conseqüentemente, desconexa da realidade e que só atinge o problema superficialmente, sem resolvê-lo como deveria, carecendo o Estado de medidas que propiciem a efetiva igualdade social, o atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, corte maior deste país, Ministro Joaquim Benedito Gomes Barbosa assevera<sup>15</sup>:

De especial importância, nesse sentido, é o tratamento jurídico do problema da igualdade. Na maioria das nações pluriétnica, e as pluriconfessionais, o abstencionismo 7877 estatal se traduz na crença de que a mera introdução nas respectivas Constituições de princípios e regras asseguradoras de uma igualdade formal perante a lei de todos os grupos étnicos componentes da nação, seria suficiente para garantir a existência de sociedades harmônicas, onde seriam assegurados a todos, independentemente de raça, credo, gênero ou origem nacional, efetiva igualdade de acesso ao que comumente se tem como conducente ao bem-estar individual e coletivo. (BARBOSA, 2001)

<sup>14</sup> (Ivana Aparecida Grizzo Ragazzi – AÇÕES AFIRMATIVAS: A INCLUSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO) - <[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/04\\_375.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/04_375.pdf)> visitado em: set. 2013.

<sup>15</sup> BARBOSA, Joaquim Benedito Gomes. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 36.

Com isso, nascem as ações afirmativas, como exemplo de postura positiva que possibilitem a concreta igualdade de condições a todos, visualizando sanar com as discriminações de qualquer ordem. O festejado autor chama atenção para que não basta inserir no texto legal direitos que em tese seriam exercidos por todos, indiscriminadamente, porque na realidade prática, não é isso que acontece, ante tal observação a aplicação das políticas pública, na modalidade Ações Afirmativas, vem para fazer valer na prática o que se prevê na teoria (legislações de forma geral).

As ações afirmativas foram além dos Estados Unidos, ganharam corpo e se estenderam para outros países da Europa, Ocidental, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, entre outros. Na Europa, foram criadas em 1976, as primeiras orientações de desenvolvimento das ações afirmativas, porém, foi utilizada a expressão “ação ou discriminação positiva”. No ano de 1982, a discriminação positiva foi implantada no primeiro Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades da Comunidade Econômica Europeia<sup>16</sup>.

A aplicação das ações afirmativas está presente em várias áreas, onde podemos destacar algumas como: a de mercado de trabalho, enfatizando a contratação, a qualificação e a promoção de funcionários; na área do sistema educacional, com especial atenção ao ensino superior, entre outras, variando de acordo com as situações existentes, bem como, abrange grupos como as minorias étnicas, raciais, e mulheres.

Outrossim, a ação afirmativa também envolveu práticas que assumiram recortes diferentes. Um dos mais conhecidos é o sistema de cotas, que versa em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s), o que pode ocorrer de maneira proporcional ou não, e de forma mais ou menos flexível. Existem ainda as taxas e metas, que seriam basicamente um parâmetro estabelecido para a mensuração de progressos obtidos em relação aos objetivos propostos, e os cronogramas, como etapas a serem observadas em um planejamento a médio prazo.

Após surgir nas várias partes do mundo, chegando ao Brasil, a política das ações afirmativas ganha adeptos os quais lutam para a sua implantação, ressaltando e registrando a atuação do intelectual e militante negro Abdias do Nascimento no Congresso Nacional brasileiro, cuja autoria da primeira formulação de um projeto de lei que abriu precedentes para políticas específicas para a população negra, as chamadas ações afirmativas, na forma de seu

---

<sup>16</sup> CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de. **A POLÍTICA DE COTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: CONCEPÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES INDÍGENAS**, visitado em: ago. 2013.

Projeto de Lei nº 1.332, “ação compensatória”, no ano de 1983, quando fazia parte da Câmara dos Deputados, na posição de Deputado Federal.

O mencionado Projeto apresentava as seguintes propostas:

O percentual de 20% (vinte) por cento de vagas para mulheres negras e 20% (vinte) por cento para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; 40% de empregos na iniciativa privada e incentivo às empresas que contribuam para a eliminação da prática de discriminação racial; incorporação ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática da imagem positiva da família afro-brasileira, bem como a história das civilizações africanas e do africano no Brasil.”<sup>17</sup>

O projeto foi aprovado, mas outras reivindicações tomaram corpo e ganharam vozes no cenário nacional, merecendo destaque a *Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida* realizada pelo Movimento Social Negro em 20 de novembro de 1995 em Brasília.

Outrossim, a Marcha, que contou com a participação de aproximadamente 30 mil militantes negros de diferentes partes do país, apontava a situação de racismo e desigualdades que recaía sobre a população negra brasileira.<sup>18</sup>

Em 1995, após a *a Marcha* foi entregue ao então Presidente do Brasil, à época, Fernando Henrique, um relatório minucioso da situação de desigualdades e desvantagens do segmento negro no meio da sociedade brasileira em diferentes áreas. Demonstrando a necessidade e a urgência de medidas políticas específicas do Estado brasileiro para combate às desigualdades raciais. Nesse mesmo momento, também fora entregue as reivindicações do Movimento Negro Nacional oferecendo denúncia sobre o racismo brasileiro e defendendo a inserção da população negra na sociedade, propondo políticas públicas de superação da desigualdade racial, tais propostas perfazia o que eles chamaram de *Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial*,

Tal movimento desencadeou uma importante conquista do Movimento Social Negro brasileiro que foi a assinatura do Decreto Presidencial de 20 de novembro de 1995, criando o GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Neste mesmo Decreto o presidente da república reconheceu oficialmente a existência do racismo no Brasil e delegou ao GTI a missão de imaginar políticas públicas para combater o racismo.

<sup>17</sup> NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. 2000, p. 222 a 223.

<sup>18</sup> <[http://www.cdi.uneb.br/pdfs/dissertacao/2008/otto\\_vinicius\\_agra\\_figueiredo.pdf](http://www.cdi.uneb.br/pdfs/dissertacao/2008/otto_vinicius_agra_figueiredo.pdf)>, visitado em: out. 2013, às 23h

Ressalte-se que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente, na história do país, a reconhecer oficialmente, a existência de desigualdades raciais no Brasil.

Em análise referente à postura do presidente Fernando Henrique, Guimarães (2003) discorre:

[...] O país, que se vangloriava de não ter uma questão racial, era reiteradamente lembrado das suas “desigualdades raciais”, facilmente demonstráveis pelas estatísticas oficiais, sem poder apresentar, em sua defesa, nenhum histórico de políticas de combate a essas desigualdades. Era em busca de uma saída política que o presidente queria trazer o debate sobre ações afirmativas para perto do governo. (GUIMARÃES, 2003, p. 194-195)

Assim como discorre o renomado autor (GUIMARÃES, 2003) o Brasil não tinha mais espaço para a postura de negativa de racismo no país, uma vez que era visível, em todas as esferas, a desigualdade étnico-racial, apontadas por todos no território brasileiro.

Com isso, inicia no Brasil uma jornada rumo ao enfrentamento dos problemas relacionados com a desigualdade social com a temática voltada à questão racial, no que pertine a cor, realizando e criando políticas que venham amenizar tais problemas.

## **2.2 Conceito**

Vários são os conceitos que são abordados e discutidos pelos doutrinadores, contudo, todos coadunam com o mesmo entendimento, orientando e descrevendo os objetivos que determinam o surgimento das ações afirmativas.

Ações afirmativas são medidas que visam combater discriminações étnicas, propiciando recursos capazes de promover a igualdade social entre as pessoas que pertencem a grupos discriminados na sociedade.

Visualizamos ainda que, as ações afirmativas são políticas que acumulam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimizados pela exclusão socioeconômica existente no pretérito ou na atualidade. Refere-se às medidas que possuem como objetivo, o combate as discriminações étnicas, raciais, religiosas e de gênero ou de

casta, potencializando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, à saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural<sup>19</sup>.

Frise-se ainda que existem diferenças entre as ações afirmativas e as políticas puramente anti-discriminatórias, uma vez que aquelas atuam preventivamente sob os indivíduos que são potencialmente discriminados, já estas possuem a sua atuação voltada para repressão aos discriminadores ou de conscientização do indivíduo que pode vir a praticar atos discriminatórios.

Outrossim, também chama atenção a interpretação das ações afirmativas no debate científico e acadêmico, onde a perspectiva das ações afirmativas assume um significado mais restrito, sendo interpretada como sendo uma política que tem como objetivo, assegurar o acesso a posições sociais importantes a membros de grupos que, na ausência dessa medida, permanecem excluídos, tendo como principal objetivo combater a desigualdade social e dessegregar as elites, tornando sua composição mais representativa do perfil democrático da sociedade.<sup>20</sup>

### 2.3 A Perspectiva no Brasil

É importante perceber que a política das ações afirmativas no país ganhou corpo a partir do momento que o Brasil reconheceu ser um país racista e que tal condição (ser racista) não condiz com a própria realidade e nascimento do povo brasileiro, uma vez que fomos colonizados por pessoas que na sua grande maioria eram negras.

Estatísticas mostram que mais da metade da população brasileira possui em sua composição genética marcas que atestam descendência africana, vejamos:

A matéria também faz referência à pesquisa genética realizada no Brasil coordenada por Sérgio Pena, que junto com sua equipe analisou amostras genéticas de diferentes pontos do país. A pesquisa afirmou que “[...] mais de 80% dos brasileiros têm em seu código genético DNAs mitocondriais africanos ou ameríndios herdados por alguma antepassada da mãe, e mais de 90% têm cromossomos Y europeus herdados de pai ou filho desde algum momento da árvore genealógica.” A matéria afirma ainda que o maior número de genes africanos foi identificado, nessa pesquisa realizada aqui no Brasil, num rapaz loiro de olhos azuis.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Segundo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa - GEMAA. (2011) "Ações afirmativas". Disponível em:

<[http://gemaa.iesp.uerj.br/index.php?option=com\\_k2&view=item&layout=item&id=1&Itemid=217](http://gemaa.iesp.uerj.br/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=1&Itemid=217)>

(segundo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa - GEMAA. (2011))

<sup>21</sup> FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra - **AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO POLÍTICA**, <[http://www.portalanterior.uneb.br/cepaia/docs/acoes\\_afirmativas\\_no\\_brasil.pdf](http://www.portalanterior.uneb.br/cepaia/docs/acoes_afirmativas_no_brasil.pdf)>, visitado em: out. 2013.

A grande dificuldade encontrada pelos defensores das ações afirmativas se deve pelo fato da carga genética, que muitas vezes não se apresenta com o fenótipo já estigmatizado do negro no país, ou seja, com a pele escura, o cabelo enrolado, o nariz largo, entre outras, conforme se vê na pesquisa acima, a mesma fora realizada com um rapaz loiro de olhos azuis.

Destarte, é importante frisar, que as ações afirmativas no Brasil, seguem um padrão relacionado ao afrodescendente proveniente de Escola pública, não levando em consideração o conceito biológico de raça, conforme mencionam alguns doutrinadores, podemos citar como exemplo, Eliane Azevedo que discute as diferenças genéticas entre as pessoas e grupos humanos e afirma que “[...] a ciência moderna demonstra que as diferenças raciais ao nível biológico, ou seja, ao nível da estrutura genética, não têm maiores significados e em nada afetam a unidade da espécie humana. [...]”. (AZEVEDO, 1987, p. 16).

No nosso país, o entendimento de raça historicamente esteve muito relacionado às características fenotípicas dos indivíduos. Skidmore (1994) em análise das relações raciais brasileiras, iniciando pela abolição, menciona que desde o século XIX, que o Brasil possui um sistema de classificação racial multirracial e pluralístico. O que se via era que as características fenotípicas, como por exemplo, a cor da pele, a textura do cabelo e os traços faciais, perfaziam em pontos cruciais para inserir uma pessoa numa determinada categoria racial.

Com isso, depreende-se que no Brasil a discussão com relação à raça está diretamente relacionada às características do racismo brasileiro. “A hierarquia racial em nossa sociedade foi estabelecida na potencialidade da discriminação racial do sujeito que vai se intensificando à razão direta em que essa pessoa tem a pele mais escura e os traços fisionômicos mais negróides. Portanto, é derrotada a ideia de que não é possível identificar quem é negro no Brasil”<sup>22</sup>.

A partir dessa premissa, percebe-se que o preconceito no Brasil, está relacionado à visualização das características de determinada pessoa, onde por mais que ela, seja abastada ou não, mesmo antes de se verificar a sua condição social econômica, a mesma passará por discriminação, tendo em vista a sua cor e seu aspecto característico de afro-descendente.

---

<sup>22</sup> (FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra)



## **2.4 Discussões Sobre as Concepções de Raça, Classe, Desigualdade Racial e Discriminação Racial**

Como as ações afirmativas passam por várias discussões, entre elas se encontra a questão racial, bem como, o foco da presente dissertação passa pelas políticas que abrangem o acesso à Universidade Federal, por meio de cotas raciais, as quais perfazem o rol das ações afirmativas de diminuição da desigualdade social, discutir raça, classe, desigualdade racial e discriminação racial torna-se necessário para a compreensão de tais políticas.

É importante rever as ondas teóricas sociológicas que revestem a ideia de raça e classe como meio de mobilidade social que desembocam na desigualdade racial vista no Brasil, por conta da escravidão.

A posição de desigualdade em que os negros se encontram até hoje se mantém, isso se deve a condição inicial, assim chamada por entender que é na origem social da vida dos negros que se encontra o principal fator de desigualdade racial.

A primeira onda teórica é caracterizada pelo preconceito de classe sem preconceito de raça, pautada no futuro da desigualdade racial no Brasil, verifica-se que tinha um quê de otimismo, tendo em vista que, para alguns dos que realizavam estudos nas décadas de 1940 e 1950, acreditavam que os acelerados processos de urbanização e industrialização e o elevado crescimento econômico do país, criavam oportunidades de ascensão social a qual poderiam ser aproveitadas por todos os brasileiros, independentemente, de afiliação racial, ademais, constaram que no Brasil, ainda que nos tempos da Colônia, sempre houvera a presença de negros, pretos ou mestiços, nos escalões mais elevados da estrutura social, inferindo assim, que não havia obstáculos para a ascensão social dessas pessoas.

Essa primeira onda apresentava aspectos peculiares os quais defendiam que a presença, mesmo que reduzida, de negros ou de mestiços, em posição social de destaque era tida como evidência tanto da permeabilidade quanto da falta de preconceito.

No entanto, surgia uma preocupação de que o preconceito e a discriminação emergissem como ferramenta para garantir os possíveis privilégios da elite branca quando essa se visse ameaçada por uma competição efetiva por parte dos negros e dos mestiços.

No Brasil a miscigenação sempre teve um papel central no pensamento social brasileiro. Segundo Pena, é um fato histórico incontestável e geneticamente comprovado, mas a sua interpretação variou consideravelmente ao longo do tempo.

Discorre Rafael Guerriero em sua dissertação que<sup>23</sup>:

(...) no momento imediatamente anterior a primeira onda, os defensores dos aspectos negativos da miscigenação começam a minguar, e ganhava força nos discursos a ideia de que a miscigenação estava a produzir um tipo genuinamente brasileiro, o moreno. É o período da gestação “do mito da democracia racial”. (GUERRIERO)

Representante de grande expressão da primeira onda é Freire (1994), uma vez que ele criou uma imagem positiva da escravidão quando insistia em dá um status aos filhos nascidos em suas aventuras com negras, criando uma imagem benigna da escravidão.

Para seguidores dessa primeira onda, acreditavam que o racismo não existia tendo em vista a mobilidade ascendente dos mulatos.

Desta forma, a primeira onda teórica chega a conclusão de que a proximidade histórica com a escravidão é fator de explicação para a sobre-representação dos negros nos estratos sociais inferiores e para a sub-representação nos superiores.

Discorrendo quanto a segunda onda teórica, esta se encontra amparada na realidade e especificidade do preconceito racial, verifica-se que ainda guardava certo otimismo, uma vez que havia a manutenção da crença no poder de integração racial do crescimento econômico e dos processos de modernização, contudo, possuía a ideia de que a modernização era mais lenta e de que o racismo persistia como um legado irracional da condição inicial, fazendo analogia ao arcaísmo. Ressalte-se que a formação de classe, após a abolição era norteadas pelo preconceito de cor, o que ocasionava, no futuro, um retardo na integração dos negros no Brasil que estava em transformação.

Oracy Nogueira, o mais expressivo representante da segunda onda, tendo em vista que foi um dos que mais produziu sobre a especificidade do tipo de preconceito racial aqui existente, confeccionou uma tipologia extinguindo o preconceito racial existente no Brasil e nos Estados Unidos; trazia à baila que o preconceito no Brasil seria de “marca” atuaria com base na aparência das pessoas, cor da pele, cabelo, feições. Logo, o entendimento era de que quanto a mais branca a pele maior sua possibilidade de ascensão social e menos as chances de ser vítima de discriminação.

Outro destaque importante fora mencionado por NOGUEIRA (1998) para os imigrantes italianos, a estrutura social foi altamente acessível; para os negros, foi altamente inacessível. Acreditando que por conta da branquidão dos imigrantes italianos, casar-se com eles, servia para branquear aquelas famílias sobre as quais pairavam suspeitas de impureza

---

<sup>23</sup> <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4274/1/2009\\_RafaelGuerreiroOsorio.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4274/1/2009_RafaelGuerreiroOsorio.pdf)> visitado em: set. 2013.

racial. Era, por exemplo, o meio de um mulato bem sucedido branquear seus descendentes favorecendo a ascensão deles nas classes sociais mais elevadas.

Outro importante destaque desse segunda onda teórica, é Florestan Fernandes, para ele o preconceito racial surge durante o Brasil colônia para cumprir uma função de legitimação da ordem social, e que tende a desaparecer com a transição para a sociedade de classes, tendo em vista que perde a sua funcionalidade e se torna um elemento arcaico e irracional, uma herança do passado.

O festejado autor acreditava que o racismo não apresentava um obstáculo para a inserção do negro, apenas a retardava, chegando a mencionar que “(...) a ascensão do social do negro ou do mulato se processou, está se processando e se processará no futuro” (FERNANDES, 1965, 274).

Ainda no ponto de vista de Fernandes (1965), acredita que o caráter desigual das relações sociais dos negros, previstos nas normas e códigos, não tem sua origem no racismo, pelo contrário, o racismo é produzido através das relações do sistema escravista, tendo em vista a analogia entre raça e posição social por conta das características físicas dos negros.

Atualmente, podemos mencionar seguidores do posicionamento de Fernandes, ou seja, seus alunos, os sociólogos Ianni (1987) e Cardoso (2000), os quais acreditavam e defendiam as mesmas concepções teóricas do mestre, no entanto, acabaram reconsiderando a noção de que o preconceito tenderia a acabar quando a transição para uma sociedade de classes se tivesse efetivado, acreditando os mencionados sociólogos que haveriam outras questões que traduzam várias ponderações acerca do racismo.

Os jovens sociólogos, em trabalhos posteriores, ponderam as opiniões com relação ao racismo, discorrendo, Ianni (1987: 336): “a sua preservação, contudo, podendo revigorar-se ou debilitar-se, se tornar explicável quando o inscrevemos no âmbito da estrutura de classe, em que as suas significações essenciais se mantêm.”<sup>24</sup> Tal afirmativa sugere a ideia de que o racismo por se um fenômeno que possui determinada ideologia, possui uma relativa autonomia com relação à estrutura econômica-social.

Já Cardoso (2000:200), menciona: “fatores irracionais ligados a diferenças raciais continuaram a operar no processo de classificação social vigente na comunidade”, contudo em trabalho mais recente muda de opinião e acredita que o preconceito não é simplesmente uma herança do passado no presente, é outro “muda de conteúdo significativo e de funções sociais” (CARDOSO 2003:318).

---

<sup>24</sup> IANNI. **Raças e classes sociais no Brasil** (revisão revista e ampliada). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

A mudança de opinião realizada pelos sociólogos é vista como uma conciliação teórica entre as ideias de Pinto (1998) e Fernandes (1965), em que durante o período de escravidão, o preconceito existe como descrito pelo último, no entanto, após-Abolição se transforma em outro tipo de preconceito, ou seja, deve haver a manutenção dos privilégios dos brancos, que não mais encontra proteção pela ordem legal, contra a competição dos negros, como mencionado pelo primeiro.

Já a terceira onda teórica sociológica, passa a medir os efeitos do preconceito racial, não trazendo qualquer ponto de otimismo, pois apesar de se encontrar em meados de 1970, o racismo não demonstrava qualquer sinal de queda, como mencionava a segunda onda teórica, permanecendo a desigualdade racial, uma vez que tudo caminhava na política de continuar garantindo e potencializando os privilégios aos brancos.

Os grandes defensores da terceira onda teórica Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva tiveram as suas teses de doutorado voltadas ao problema da desigualdade racial no Brasil entre os anos de 1960/70. A de Hasenbalg (2005) voltava ao período antes da abolição para tratar da persistência da desigualdade social no Brasil industrializado. Também analisou o papel dos movimentos sociais negros, assemelhando-se a Fernandes (1965/2007). Mas a principal diferença entre os dois para no fato de que Silva (1978) não continha grandes elucubrações teóricas ou considerações sobre o passado histórico escravista e seu legado, era de modo eminente, empírica. Um verdadeiro “tour de force” técnico na análise do processo realização socioeconômica, quantificando o peso da discriminação racial nos resultados.

As principais diferenças entre a segunda e a terceira onda teórica se encontram no uso dos métodos e as técnicas empregadas em cada uma delas, pois na terceira se permitiu avançar nas suposições sobre os efeitos de classe e raça, uma vez que oferecia uma quantificação do processo socioeconômico.

Na visão estrutural-funcional, o racismo é um fator de atribuição de posição social incompatível com a racionalização da sociedade moderna e com um destino de desaparecer com o desenvolvimento.

Pode afirmar que a principal crítica de Hasenbalg (2005) a Fernandes (1965), é o fato de que para o primeiro a atividade política dos negros pode romper o círculo cumulativo de produção das desigualdades a qual estão sujeitos, delineado a partir do estudo da mobilidade social diferencial de negros e brancos no Brasil, enquanto que o segundo acredita que o racismo existe, mas tende a desaparecer na transição para a modernidade, com a instalação da sociedade industrial de classe, da democracia representativa liberal, e da massificação da educação.

Hasenbalg e Silva desenvolveram uma teoria chamada de teoria das desvantagens cumulativas, baseada no estabelecimento de etapas pelas quais passa a uma determinada pessoa. Existem duas etapas, que estão diretamente interligadas, a primeira, menciona as pessoas que se preocupam com os estudos e a obtenção de habilidades, a segunda baseada na busca pelo trabalho, resumindo o que na prática é observado, onde as pessoas, geralmente estuda e trabalha.

O fim de uma etapa e início da outra é marcado com o fim dos estudos e pela constituição de novo grupo doméstico, sendo este último, marcado pela formação de uma relação conjugal. Daí se infere que aumenta a necessidade do indivíduo está no mercado de trabalho para fazer suprir as carências e as perspectivas da sociedade de consumo e das necessidades domésticas.

Destarte, surge a discussão com relação à raça e a repercussão da mesma na vida dos indivíduos, principalmente, os negros. Rafael Guerreiro Osório, em sua tese de mestrado, menciona:

A raça é uma variável importante em todas as fases da vida, mas teria maiores impactos na primeira fase. A origem social, entendida como situação da família em que se nasce é o primeiro momento em que a raça afeta os indivíduos. Como os negros estão sobre representados nos níveis mais baixos da pirâmide social (independentemente da forma de se a representar), e a raça é um fator transmitido hereditariamente, a probabilidade de um negro nascer pobre é consideravelmente maior que de um branco. Desta forma a origem social, seria em grande grau influenciada pela raça da pessoa. Dentro da Escola outros fatores se somam ao legado da origem social conspirando contra o sucesso dos alunos negros. Para os negros a passagem do sistema educacional é ainda mais importante que para os brancos, pois esta é a única forma pela qual podem eventualmente superar as desvantagens de origem, qualificando-se para aproveitar os canais de mobilidade ascendente. Mas o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades de origem, e não a contrapor-las. Os negros brasileiros chegam ao fim da primeira fase de sua vida com uma razoável desvantagem educacional. Isto se reflete decisivamente nas oportunidades que terão no mercado de trabalho. O grande determinante das diferenças na renda do trabalho das pessoas é a educação, mas ainda há espaço para um pouco mais de desigualdade produzida pela segmentação do mercado, pela discriminação salarial e pelas limitações à ascensão profissional dos negros. (OSÓRIO)

Conforme mencionado acima, a desigualdade social e a nítida desvantagem no desenvolvimento humano dos negros, é real, e precisa ser freada, de forma rápida e efetiva, não é algo recente, mas que vem se perpetuando ao passar dos tempos, o tal observação possibilita o amparo ao nascimento das ações afirmativas como meio de inibir a desigualdade entre brancos e negros.

Questões importantes a serem suscitadas, versam sobre a teoria das desvantagens cumulativas, que insurgi na terceira onda, verificando dois pontos: o primeiro faz menção

quanto à discriminação racial e a origem social, relatando que são fatores autônomos entre si no processo de mobilidade social, mas conseguem interagir. Já com relação ao segundo ponto, este demonstra a superioridade da origem social sobre a discriminação nos processos de mobilidade.

## 2.5 Raça e Discriminação Racial

No tópico anterior fizemos uma análise histórico-teórica relativa às acepções sobre raça, discriminação racial e desigualdade social, neste a ideia é de discorrer conceitos mais objetivos sobre raça, principais questões, como preconceito, racismo e discriminação racial.

O conceito de raça é bastante discutido e divergente dentro da doutrina, onde varias questões são suscitadas e afrontadas, inclusive, quanto à etimologia da palavra e o seu significado, seja biológico ou criado pelas produções sociológicas e psicológicas da cultura humana.

Estudando e discorrendo quanto ao conceito de raça, Rafael Guerreiro Osório<sup>25</sup>, relata:

Raça não é simplesmente uma criação da ciência no século XIX, é uma forma ancestral e recorrente de representar a diversidade da espécie humana que antecede a própria palavra. Discorre que, raça é uma categoria social usada para designar grandes grupos humanos que compartilham uma marca visível, corporal ou não, de sua progênie comum, real ou mítica. (OSÓRIO)

O conceito varia de acordo com as situações reais, falam-se ainda que o problema não é a raça em si, mas como ela é definida e posta em companhia do racismo, do preconceito racial e de como o outro possui aversão entre os indivíduos.

O conceito de raça passa por vários entendimentos, tendo em vista que desde primórdio dos tempos já existia discussão quanto à ideia de raça. Até o século XVIII, o conceito de raça fazia referencia a grupos com ancestrais comuns, não sendo utilizado para designar a natureza dos indivíduos pertencentes a esses grupos.

A raça era analisa observando as diferenças físicas entre homens e mulheres, que tinha como teoria o paradigma cristão, ou seja, algumas sociedades não seriam destinadas ao desenvolvimento e ao progresso pelo fato de seus habitantes serem classificados como pagãos, hereges. Ademais, outro aspecto importante se encontrava no fato da dedução de que europeus, asiáticos e africanos deveriam possuir ancestrais distintos, tendo em vista que as diferenças entre eles eram visualizadas em várias gerações.

<sup>25</sup> <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4274/1/2009\\_RafaelGuerreiroOsorio.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4274/1/2009_RafaelGuerreiroOsorio.pdf)>, visitado em: out. 2013.

Na antiguidade se visualizava que gregos e romanos notavam a diferença de cor entre os indivíduos, porém, essa diferença era atribuída ao clima, não importando a cor propriamente, mas sim, se eles eram “civilizados” ou “bárbaros”, diferenciação ligada à cultura, linguagem ou religião.

Já em meados do século XVIII, com o advento do Romantismo, observou-se uma mudança na maneira de como as diferenças eram analisadas, os românticos formularam, baseados no pensamento intuitivo e não racional de Kant, uma ideia voltada a uma formulação da noção de uma essência imutável dos seres humanos. Esta essência achou expressão através do sentido de raça de Malik (1996), que enfatiza a importância de compreender o novo conceito de raça como parte de uma tentativa de articular diferenças internas à sociedade europeia, onde distinções sociais ou de classe eram consideradas diferenças raciais.

Gottfried Von Herder (1744-1803) acreditava que cada situação, período histórico ou civilização, possuía características próprias e valores incomensuráveis, pois cada povo é único, sendo os valores de um não devem ser comparados aos do outro, rejeitando a teoria de que a realidade era ordenada em termos de leis universais, eternas, objetivas e inalteráveis<sup>26</sup>.

Vale ressaltar ainda que, no Brasil atualmente paira a discussão com relação à raça versa sobre duas perspectivas distintas, quais sejam: a perspectiva acadêmica, que cada vez mais acredita não haver um conceito de raça propriamente dito, pois esvazia a ideia de diferenças raciais. E o imaginário social, que acredita no conceito de raça, ainda que o discurso dominante seja a miscigenação.

Frise-se que ainda que a ciência afirme que somente existe um tipo de raça, isto é, a raça humana, as perspectivas são outras da população. Durante muito tempo existiu o conceito monogenista do conceito de raça, que afirmava existência de uma única raça, a humana, descendente de Abraão, não significava que não existia o etnocentrismo e discriminação com base em características físicas.

No século XIX, passaram a predominar as concepções poligenistas, onde adquiriam um cunho científico através de racismo científico ou tipologia racial. O racismo científico proclamou a aptidão da classe capitalista para reger a classe trabalhadora e a da raça branca para reger a negra.

Em meados do século XIX, raça ganhou um novo conceito saindo das ciências naturais e chegando às ciências sociais e humanas, vislumbrando a teoria da obra de Darwin, em 1859, onde o racialismo ganhou novas perspectivas, com o chamado darwinismo social,

---

<sup>26</sup> <[http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/livro4\\_EducacaoERER-04.08.10.pdf](http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/livro4_EducacaoERER-04.08.10.pdf)>, visitado em: out. 2013.

que fazia parte da teoria da evolução e da teoria da seleção natural as quais afirmavam não só a diferença de raças humanas, como também, a superioridade de umas sobre as outras e, destacando ainda, que a tendência das raças superiores era submeter e substituir as outras.

Com o darwinismo social associado a Frenologia surgiu a eugenia, que engrandecia a pureza das raças, a existência de raças superiores e desacreditava a miscigenação. Essas teorias são conhecidas como a base científica do racismo.

Assim podemos dizer que o racialismo é o estudo das várias diferentes raças humanas, enquanto o racismo é a aplicação prática de várias teorias as quais acreditam que existe raça superior a outra, e, por conseguinte, criam mecanismos políticos e sociais para reprimir a raça que considera inferior.

Pensadores racialistas eugênicos acreditam na intolerância de diferenças raciais, defendiam que a diferença qualitativa entre as raças superava as teorias igualitaristas que pregavam a igualdade entre todos os homens. Para eles, cada raça tinha um lugar determinado no mundo, definido pelo grau de importância na escala evolutiva. E a raça superior, eleita pela seleção natural para ordenar o mundo, era a caucasóide, ou seja, a raça branca.

Ressalte-se que havia uma diferença entre cor e raça, Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva frisaram em seu artigo que:

Os eugenistas apesar de possuírem a mesma cor branca, os germânicos seriam superiores aos judeus e aos eslavos. Não estamos aqui afirmando, todavia, que a discriminação social com base em diferenças físicas não existisse anteriormente, mas o preconceito contra os negros nas Américas, por exemplo, foi, durante a escravidão moderna, baseada sobretudo em questões jurídicas, valores sociais, além da diferenciação de cor, e não em diferenças raciais, biológicas e cientificamente estabelecidas, apesar da escravidão moderna ser, segundo Brion Davis, mais explicitamente racial do que a antiga. Mas foi com a ascensão dos estudos racialistas, que cada vez mais a discriminação contra judeus e negros, por exemplo, foi feita com base na pretensa inferioridade racial desses grupos. (KALINA Vanderlei Silva; MACIEL Henrique Silva)

A perspectiva biológica acredita que não é possível definir geneticamente as diferenças raciais na humanidade. A antropologia traça seu conceito de raça voltado para a etnia, porém, atualmente, pesquisas realizadas por antropólogos como Maggie, Rezende e Peter Frytêm, vem entendendo que a raça não possui um conceito voltado para o caráter biológico, mas sim um conceito atrelado a uma construção histórica e discursiva.

Tal entendimento passa a compreender que a ideia de raça está relacionada ao discurso social e não como realidade fisiológica, consubstanciando que a raça se faz presente apenas na sociedade, como um qualificativo de desigualdade social ou de identidade cultural. Desta feita, mesmo que a Biologia hoje, por mais que conteste a existência de uma raça negra, ainda



assim a sociedade brasileira acredita que tal raça existe e os próprios indivíduos considerados negros se julgam como pertencentes a ela, assumindo a ideia da raça como um fator que se identifica como grupo social e cultural.

Nessa ótica, atualmente, passa o conceito de raça, a se aproxima do conceito de etnia, apresentando este algumas diferenças com relação àquele, tendo em vista que etnia possui uma construção conceitual relacionado aos estudos acadêmicos, enquanto à raça é um termo atribuído pelo senso comum<sup>27</sup>.

Em meio às várias temáticas quanto à existência ou não de raça, o fato é que a discriminação recai de forma decisiva sobre as pessoas de cor negra, chegando ao ponto de excluí-las de determinados direitos e limitares o acesso dessas pessoas aos locais, seja qual for a perspectiva adotada, há necessidade de reavaliação no contexto social que demonstra a discriminação racial.

Desta forma, surgem no país várias políticas públicas, na modalidade ações afirmativas para dirimir tais questões e ajustar as discrepâncias.

## **2.6 O Sistema de Cotas**

### ***2.6.1 Sistema de cotas e a desigualdade social***

A ação afirmativa de acesso ao ensino superior através do sistema de cotas propõe reduzir tal discrepância de formação, facilitando o acesso de alunos das classes sociais desfavorecidas, oriundos de escolas públicas, que sejam afrodescendentes e carentes de uma educação de qualidade, estimulando essa parcela da população a dedicar-se mais na sua formação do ensino fundamental e médio. Sem dúvida é uma ação necessária e de redenção histórica, porém, é uma ação paliativa e minimalista em relação à questão central do acesso a educação de base e de qualidade para todos, seja ela pública ou privada.

A competitividade para ingressar em Instituições de Ensino Superior é muito grande e exige dos (as) candidatos (as) uma boa formação educacional de base, que atualmente, com raras exceções, são Instituições Privadas que chegam a cobrar mais de três salários mínimos de mensalidade nas maiores capitais do país com São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília e Distrito Federal. Tais Instituições burocratizadas, segundo Weber, contam em seu quadro de funcionários, profissionais altamente especializados, reconhecidos e disputados na área

---

<sup>27</sup> KALINA Vanderlei Silva; MACIEL Henrique Silva.

educacional que tiveram em sua grande maioria acesso as Instituições de Ensino iguais ou bastante similares no País e especializações no exterior inclusive.

A burocracia na concepção de Weber segue a orientação de princípios relacionados à área de jurisdição fixas e oficiais, que possuem uma ordem amparada em regulamentos, atrelados a normas administrativas ou leis, tornando-se, na visão do autor uma das formas mais eficazes de dominação (WEBER, 1999, p. 138)

A percepção da dominação da burocracia potencializa na seara da Educação, tendo em vista que é neste seguimento onde se encontra a formação e construção intelectual do indivíduo que pertence a determinado grupo social, propiciando que o dominado tenha uma aceitação mais pacífica e cordial do domínio burocrático exercido pelo o outro ou pela Instituição que está dominando.

Analisando algumas Instituições na Europa na sua época, Weber chegou a conclusão de que tais Instituições são formadas com o objetivo de trabalhar a formação cultural, que representa a base da burocracia moderna. (CARVALHO, 2005)<sup>28</sup>

Com a concepção implantada pelo capitalismo, quanto mais especializado e com formação técnica específica, mais acesso o indivíduo passará a ter, fazendo um contraponto com a burocratização em Weber, uma vez que com uma educação especializada a pessoa terá mais chances de assumir posições de destaque que irão proporcionar a dominação.

Weber (1999) menciona que a busca pela qualificação profissional e a consequente “disputa” por títulos acadêmicos tem com serventia, entre outras, como meio para a entrada em grupos sociais mais respeitáveis, pois quanto maior o grau de condição profissional mais possibilidades de se adquirir remuneração mais elevada, e bem como, tem assegurada uma aposentadoria.

Se a competitividade para o acesso ao ensino superior entre os alunos das classes sociais abastadas já é grande, como considerar que os alunos das escolas públicas que vivem com renda familiar inferior a um salário mínimo, que sentem fome durante as aulas, que estudam em ambientes desfavoráveis, carentes de recursos e que contam com voluntários sem formação superior para educar e ensinar sejam concorrentes?

As Ações Afirmativas de acesso ao nível Superior aparecem como um meio de permitir a classe desprivilegiada, de maneira mais igualitária a inserção no sistema que, a priori, mostrava-se inacessível, pois, para tal classe, o governo está trazendo de maneira

---

<sup>28</sup> CARVALHO, Alonso Bezerra. **Max Weber: modernidade, ciência e educação**. São Paulo: Vozes, 2005.

inédita uma oportunidade de igualdade entre as classes, amenizando os efeitos preconceituosos e culturais que continuam enraizados no Brasil.

Não há dúvidas que para o indivíduo que logra o acesso ao Ensino Superior, daquele que o conclui com honra, mérito, suor e lágrimas, as Ações Afirmativas representam de fato uma ampliação dos horizontes de seu destino social, uma conquista, uma vitória, conforme se depreende das entrevistas concedidas pelos alunos cotistas, em anexo deste trabalho.

Em meio de tantas questões surgem às políticas públicas, na forma de ações afirmativas que estão propiciando as classes menos favorecidas a possibilidade de ingresso no ensino superior, aumentando e animando uma população que há anos vive no esquecimento dos políticos do país.

É notório que as Instituições Públicas de Ensino Superior cumprem com a sua parte ao aderir aos programas de acesso, sejam eles cotistas ou não, e desempenham um papel social fundamental na formação de indivíduos capazes de desenvolver conhecimentos e através do seu exercício profissional, transformando a cruel realidade das diferenças sociais.

Desta forma, não resta dúvida que as ações afirmativas trazem esperança, impulsionam e norteiam a sociedade e seus governantes através da conscientização da necessidade real da Educação de qualidade para todos, coadunando com a perspectiva sugerida por Weber no tocante a qualificação e especialização do indivíduo como meio necessário para o desenvolvimento das atividades exigido pelos entes públicos ou privado e a própria sociedade.

O Brasil é um país dos mais diversos em relação às diferenças raciais, socioeconômicas, políticas e culturais. Mesmo com tantas diferenças, o Brasil parece despertar para a necessidade de amenizar essas diferenças, o que não quer dizer que seja um país totalmente consciente das complicações e atraso que essas diferenças vem causando.

Discutindo a questão relacionada à desigualdade social brasileira, observamos os estudos do Professor Jessé Souza, que atribui a desigualdade do país a um resultado efetivo do processo da modernização pelo qual passou o Brasil no início do século XIX, gerando a naturalização dessa desigualdade.

Menciona o referido autor (SOUZA, Jessé)<sup>29</sup> que:

---

<sup>29</sup> SOUZA, J. 2003a. **A construção social da subcidadania**: para uma Sociologia Política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG.

\_\_\_\_\_. 2003b. **Entrevista concedida a Flávio Pinheiro**. Rio de Janeiro, 5 dez. Disponível em: <<http://nominimo.ibest.com.br/notitia2/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=51&date=currentDate>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

[...] naturalização da desigualdade periférica não chega à consciência de suas vítimas, precisamente porque construída segundo as formas impessoais e peculiarmente opacas e intransparentes devido à ação, também no âmbito do capitalismo periférico, de uma ideologia espontânea do capitalismo' que traveste de universal e neutro o que é contingente e particular. (SOUZA, Jessé, p. 179).

O pensamento do autor acima referido tomou por base as teorias de Charles Taylor, que desenvolveu a sua obra amparada na pesquisa relacionada na formação da identidade, demonstrando que tal formação se dá de maneira a fixar as perspectivas das avaliações fortes, determinando que a identidade sempre está relacionada com redes de ideia, voltadas à autenticidade e à dignidade, que representa o reconhecimento social, traduzindo-se na concepção de Taylor, que reforça seu ponto central está antes de tudo no ideal da autenticidade e depois no ideal da dignidade.

A formação da identidade é ponto fundamental para a concepção das ações afirmativas relacionadas ao sistema de cotas, uma vez que corrobora na identificação de quem é negro no país, já que essa classificação se dá pelo critério da auto declaração, que por sua vez faz com que a pessoa se veja negra se identifique como tal.

Outro ponto relevante que é discutido para embasar a discussão da desigualdade social, é a teoria formulada por Pierre Bourdieu (1984) que desenvolveu a concepção do capital simbólico, onde discorre que a sociedade produz meios de disfarçar a dominação e esse fenômeno é encoberto pelo capital simbólico, que nada mais é que uma forma de medir o prestígio ou o carisma que um determinado indivíduo ou uma instituição possui em determinado campo. Permitindo ao indivíduo desfrutar de uma posição de destaque com relação ao campo.

Destarte, como o capital simbólico ratifica a posição do indivíduo em determinado campo, caracteriza o reconhecimento imediato da dominação de uma dada pessoa dentro do campo a qual ela pertence. Fazendo uma ponte com a mencionada teoria, visualizamos que a perspectiva das cotas remonta uma situação social que traduz que o detentor do capital simbólico, uma vez elemento indicador de prestígio, pode ser transformado em dado momento em capital cultural ou econômico, a proporção em que os acessos a estas outras formas de capital são facultadas pelo efeito de valorização exercida pelo indivíduo possuidor deste capital.

Aos poucos, os avanços sociais são conquistados, um exemplo disso é a Lei contra o Racismo, que com base nos Direitos Humanos, prevê como crime inafiançável, o preconceito e a discriminação, porém, ainda se nota que esse respeito e convívio pacífico com as diferenças possuem limites socioeconômicos muito bem demarcados. Outro exemplo, são as

ações afirmativas de acesso e permanência no ensino superior para afrodescendentes oriundos de escola pública.

Ademais, é importante frisar que a política de cotas foi sendo construída aos poucos, pois através do movimento negro organizado, propiciou muitas mudanças no paradigmas da concepção do racismo no Brasil. Essa mudança se deu através dos vários movimentos sociais da população negra ocorrido no país.

Podemos iniciar com um dos mais famosos movimentos negros do país, o Quilombo dos Palmares em Alagoas, na época da escravidão brasileira, foi um marco da resistência negra á escravidão. Outra revolta de grande relevância se deu na cidade de Salvador na Bahia, a chamada a Revolta dos Malês (1835), também no período escravocrata brasileiro. Saindo do período da escravidão, entrado no período pós- abolição, podemos citar a Revolta da Chibata (1910), a Frente Negra Brasileira (1931-1937), associação de caráter político. Essas mobilizações dos negros formam molas propulsoras para um despertar para a situação da população afrodescendente no país, ao longo dos anos, assim como, o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, que é uma entidade de nível nacional que marcou a história do movimento negro contemporâneo e é considerada como um dos principais protagonistas na luta antirracista brasileira.

Há cerca de duas décadas a mídia das massas, que é o principal meio de comunicação, e formador de opinião do país, vem contribuindo, estimulando e influenciando positivamente as novas gerações através de propagandas de combate ao preconceito e a discriminação, provocando paulatinamente reflexões e mudanças culturais valorizando e defendendo o respeito e o convívio com as diferenças.

Os Movimentos representam pontos fundamentais para uma nova forma de visualizar o negro e a sua cultura, com a reunião de vários movimentos surge em 1978 o Movimento Negro Unificado (MNU), que traça vários meios para difundir uma reflexão para a condição e a valorização do negro, nascendo, inclusive, a proposta de considerar o dia 20 de novembro, como dia nacional da consciência negra no país, a escolha pela data está no fato de que foi esse dia que ocorreu a morte de Zumbi dos Palmares, que foi um dos grandes heróis negros no Brasil.

O MNU na década de 1980, além de aumentar a participação de outros Estados da federação, organizou, na cidade de Brasília, a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida, objetivando a luta pela liberdade e a igualdade de direitos para os negros, exigindo do Estado uma postura mais efetiva para a criação de políticas públicas mais concretas ao combate ao racismo.

Com isso, após vários momentos de reflexão, verifica-se que a discussão referente às condições dos negros se transformou em uma constância, ganhando a mídia, o cotidiano das pessoas e bem assim, espaço que antes não se via.

Até há pouco anos atrás, por acreditarem que o país não era um país racista, onde havia uma resistência nesse sentido, não se via propagandas, por exemplo, que suscitasse tal questão, no entanto hoje, já é mais comum, exemplificando, lembro-me de uma dessas propagandas onde um casal (uma mulher branca, loira, de olhos azuis e um homem negro de olhos castanhos) com um filho recém-nascido (branco), estava dentro de um carro, quando uma amiga (branca) da mulher se aproxima e inicia uma conversa e pergunta se o rapaz (negro) era seu motorista. A mulher responde que era o seu marido, então, uma locução de fundo convida o telespectador a refletir sobre os seus próprios valores enquanto a câmera foca a cara de espanto da amiga.

As mudanças culturais levam gerações para se consolidarem, pois, as gerações mais antigas se desenvolveram com valores de sua época que não privilegiavam o combate ao preconceito, à discriminação racial e a orientação sexual, uma vez que não se acreditava que o Brasil fosse um país com preconceito de raça, pelo menos era isso que a classe que dominava à época pregava, mencionando que a existência de preconceito pairava sobre o fator classe, tão somente.

Frise-se que tanto a educação familiar quanto à educação escolar influenciavam e influenciam de forma ativa os seus filhos através da transmissão de valores equívocos quanto à superioridade da raça, da cultura, do status social, do status das relações, do trabalho de forma implícita ou explícita e de forma omissa ao deixar de discutir, debater essas questões e diferenças para gerar um aprendizado, que privilegiava e permitia algo ou alguma coisa para os brancos e negava ou preteria algo ou alguma coisa para os negros apenas por causa de sua cor, respectivamente, mesmo que a condição financeira fosse equivalente.

A interferência, mencionada acima, no que diz respeito à influência das gerações antigas com relação à questão do preconceito como uma ordem tradicional já fora discutida, desde os anos 60, vejamos:

Os preconceitos fazem parte de uma tradição cultural que se transmite, por assim dizer, espontaneamente: as crianças adquirem-nos pelo contato com os seus professores, colegas, mestres da escola dominical (religiosa), e sobretudo com seus pais. Entre estes últimos, alguns não querem que suas crianças tenham preconceitos; outros, pelo contrário, inculcam-nos nelas, porque eles próprios foram educados na convicção de que é conveniente e natural tê-los. Eles o fazem agindo de uma certa maneira, exprimindo certas aversões, opondo-se a certas relações, formulando certos comentários, deixando entender que é ridículo ou vergonhoso fazer isto ou aquilo,

etc. Acontece mesmo que os adultos fazem troça das crianças para melhor lhes despertar certos preconceitos. Mas, na maior parte dos casos, os adultos não têm consciência de que inculcam preconceitos nas crianças... (ROSE, 1960, pág.180)

Além da família, as Instituições de Ensino, tem uma grande responsabilidade no crescimento ou na diminuição do preconceito, da discriminação, respeito e convívio com as diferenças na sociedade. O resultado poderá ser positivo ou negativo de acordo com a aceitação da matrícula de negros, da mesma forma e quantidade que a dos brancos, dos esforços para orientação e preparação dos seus educadores para trabalhar com alunos de diferentes raças, valores e cultura e lidar com os conflitos resultantes dessa relação.

O(a) educador (a) exerce um papel social fundamental, pois, é ele(a) quem vai ter que trabalhar os seus próprios valores, preconceitos e suas atitudes discriminatórias para tratar todos com igualdade e justiça, usando os mesmos critérios de recompensa e punição para todos independentemente da sua cor, raça, crença e orientação sexual. Para que isso seja possível, o (a) educador (a) precisa deixar o seu orgulho de lado, trabalhar a sua humildade e reconhecer que como um Ser Humano, portanto, falho também é preconceituoso e discriminador. Ao assumir que essa característica existe em si e não apenas na sociedade, como se fosse separado dela, as discussões poderão ser trabalhadas e mais, o (a) educador (a) poderá agir como um facilitador da manutenção dessa crise em prol do crescimento humano de seus alunos e do combate ao preconceito e discriminação.

Outro aspecto relevante da relação Instituição – Educador – Alunos é o da afetividade. A forma como se dá essa tríplice relação faz toda diferença na construção da identidade do aluno. O (a) professor (a) que abraça e cumprimenta o aluno com um beijo no rosto, que privilegia o aluno branco para escrever no quadro, que amplia os seus questionamentos, que dá atenção fora da sala de aula, que atende as suas solicitações e não faz a mesma coisa com os alunos negros, de fato não verbaliza o seu preconceito e discriminação, mas o seu comportamento, implicitamente, traduz essa diferença de pensamento em relação ao aluno, assim como, a sua diferença de atenção, afeto e carinho entre dois seres humanos que só se diferenciam pela cor.

Atitudes como as acima mencionadas tendem a ser interpretadas por um aluno negro, diga-se de passagem, corretamente, como uma rejeição, pois, o sentimento de exclusão das escolhas do professor torna-se um fato concreto e observável.

Vivenciar esse sentimento traz prejuízos imediatos e futuros para a Autoestima e identidade do aluno, prejudicando as suas relações com:

a) A Instituição – O aluno não se sente bem-quisto como membro daquela comunidade, evasão escolar;

b) Professores – O aluno constrói o conceito de que a sua contribuição e participação no grupo não é necessária, desejável ou é dispensável;

c) Os alunos – O aluno negro pensa que os de cor branca não são colegas de classe, mas rivais da atenção desejada;

d) A sociedade – Sofre as consequências que ela mesma criou.

Por outro lado, o (a) educador (a) que se trabalha e se esforça para tratar todos com igualdade, promovem a aproximação e desconstruem pré-conceitos advindos do ambiente familiar e de outras fontes que estereotipam figuras sociais negativas pela cor da pele (Um bom exemplo disso são as séries, programas e filmes que personificam personagens de bandidos, assassinos, alcoólatras, dependentes químicos entre outros com atores negros (as), que em sua grande maioria também representam os pobres), logram resultados opostos aos acima mencionados.

Os meios de comunicação, o cinema, o teatro, a literatura infantil e até mesmos os brinquedos deveriam aumentar o número de seus personagens, do seu quadro de atores e brinquedos (bonecos e bonecas de cor negra) a fim de trabalhar as questões de preconceito e discriminação racial para aumentar a aproximação das pessoas de cores diferentes.

Algumas iniciativas como essas já foram tomadas, mas encontraram um viés praticamente impeditivo para a produção em larga escala, o interesse dos investidores. Como dizia Vinicius de Moraes: “... As feias que me desculpem, mas beleza é fundamental!”, porém, quem diz e define o que é belo? Sem querer me alongar nesse assunto, a sociedade ocidental capitalista adotou o padrão norte-americano de beleza que no caso da mulher, é a loira de seios fartos e de olhos azuis. O brasileiro acrescentou ao padrão norte-americano, o bumbum grande e arredondado. O conjunto dessas características associado a um apelo sexual é quase que uma receita de sucesso e de retorno financeiro. É comum vermos negros (as) famosos (as) acompanhados (as) de loiros (as), mulheres que pintam os cabelos de loiro (mesmo as negras), que usam lentes de contato coloridas, fotos de pessoas morenas ou negras de olhos claros (ênfase da fotografia nos olhos).

Espero poder ter evidenciado com o acima exposto que o interesse dos investidores do mercado de consumo ocidental privilegia o branco ao negro buscando adaptar a beleza negra aos seus padrões estabelecidos e aumentar assim a sua fatia de mercado. O consumo da sociedade ocidental reflete o preconceito, a discriminação e a exclusão da raça negra.



Essa constante de identificação constrói, equivocadamente, no psicológico do aluno branco, do negro e da sociedade em geral uma imagem, um conceito de que os pertencentes da raça branca são melhores que os da raça negra, o que é uma grande mentira, pois, há tantos bons e maus exemplos da raça branca quanto da raça negra.

Como branca e sendo minimamente empática não me é difícil entender as reações racionais e emocionais de defesa dos negros que se traduzem em revolta, negação de tantos comportamentos absurdos e desumanizados dos quais os negros foram e ainda são vítimas. Sobra-me vergonha do passado e daqueles que continuam valorizando a sua raça em detrimento das outras, respeito e admiração pela disposição, tolerância, pelo perdão e pela persistência das pessoas de cor negra em querer ou apenas conviver com os brancos.

Ignorantes e como cegos aos próprios olhos, os alunos brancos, maioria dos alunos em uma escola ou sala de aula, tem dificuldades de compreender a construção psicológica desse pensamento, de enxergar a discriminação e o preconceito que faz parte da construção da sua identidade. Para o educador é mais fácil e confortável não admitir ser preconceituoso, fazer vista grossa à essa problemática e jogar a sua própria parcela de culpa e a dos alunos para a sociedade do que enfrentar e trabalhar as dificuldades das relações interpessoais entre raças para se alcançar uma sociedade mais justa.

No ambiente universitário, na maioria das vezes, o comportamento do educador se repete evitando tal discussão (mais um aspecto trabalhado pela ação afirmativa de permanência da UFAL), mas pode ocorrer que alguns profissionais da educação não percebam os conflitos raciais entre os estudantes, e bem assim, não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas como o uso de expressões pejorativas e diminutivas percebidas como uma simples piada ou brincadeira. Por conseguinte, existe a necessidade de uma atenção maior nas relações estabelecidas no âmbito universitário, que impliquem em políticas que se tornem aliadas ao combate ao preconceito racial, evitando dessa forma atitudes anti-educativas. A preocupação com o ambiente acadêmico é importante para se evitar o desinteresse do universitário pelo curso, e até mesmo pela sua carreira enquanto profissional, evitando assim a evasão e impacto social negativo.

Percebemos na análise de algumas entrevistas anteriormente publicadas, que o relacionamento e a forma de tratamento dispensado a esses alunos causam-lhes muitos dissabores, vejamos:

“Fui discriminada porque era magra”; “Eu, por ser gorda, era chamada de balofa”; “Eu tinha vergonha das minhas espinhas”; “Eu era chamada de branca azeda, e isso me fazia muito triste”; “Eu achava que era muito feia, pois nunca tinha gente da minha cor nos

murais”; “Uma vez, um menino negro muito bom aluno foi impedido de ser do pelotão da bandeira. A diretora disse que um branquinho era mais bonito”; “Eu odiava as festas, pois os garotos nunca me tiravam para dançar”; “Quando a professora falava de escravidão, eu morria de vergonha, queria me esconder embaixo da carteira, pois toda a turma se virava para olhar para mim<sup>30</sup>”.

Fragmento do documentário Olhos Azuis. Tal documentário aborda uma pesquisa-ação da professora e pesquisadora Jane Elliott, que, através de workshops sobre racismo, leva pessoas brancas de olhos azuis a vivenciarem, por cerca de três horas, o que os cidadãos negros dos Estados Unidos da América do Norte vivem durante a vida inteira.

O diálogo registrado em um dos workshops de Jane Elliot, Eis um fragmento:

Eu quero que toda pessoa branca neste auditório, que gostaria de ser tratada da mesma maneira que a sociedade trata os cidadãos negros, se levante.” (Pausa) “Vocês não entenderam. Se vocês, brancos, querem ser tratados do modo como os negros são tratados, levantem-se.” (Mais uma pausa) Ninguém se levantou. Isso deixa claro que vocês sabem o que está acontecendo. Vocês não querem isso para vocês. Quero saber por que, então, aceitam isso e permitem que aconteça com os outros. (JANE ELLIOT)

Da mesma forma como antigamente falar sobre sexo era um Tabu, hoje em dia as escolas dão aulas, palestras e cursos de educação sexual, incentivam a conversa entre pais e filhos, o tema Preconceito e Discriminação deve ser incentivado da mesma maneira em todos os níveis de educação. Fazem parte do planejamento da ação afirmativa de permanência no Ensino Superior da UFAL, seminários, cursos e palestras sobre o tema.

A análise da qualidade do ambiente universitário contribui para a construção de relações mais saudáveis, aonde os alunos irão se relacionar com respeito mútuo, percebendo que todos são iguais em seus direitos e deveres.

Com isso, percebemos que ações devem ser realizadas para que esse tipo de pensamento não continue acontecendo. Daí a necessidade da implantação das ações afirmativas descritas acima para corroborar com a desigualdade por conta da cor.

O Brasil, participando da III CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, que aconteceu em Durban, África do Sul, em setembro de 2001, chancelou o reconhecimento como sendo um país racista e que havia uma necessidade gritante de repensarmos profundamente os problemas das relações culturais e étnicas da sociedade

---

<sup>30</sup> Os workshops sobre racismo desenvolvidos pela estadunidense Jane Elliott. site: <<http://www.bestdocs.com.br/2010/08/olhos-azuis.html>>, visitado em: out. 2012.

brasileira, uma vez que o Brasil foi signatário da DECLARAÇÃO DE DURBAN, compromete-se em desenvolver e implantar ações que resolvessem tais questões.

Com isso, surgem as políticas afirmativas na modalidade sistema de cotas, iniciando através da Faculdade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2001, por força da legislação estadual nº 3.708/01, que institui o sistema de cotas para estudantes denominados negros ou pardos, com percentual de 20% das vagas das universidades estaduais cariocas.

Após a implantação das cotas pela Faculdade Estadual carioca, a pioneira no âmbito federal é a Universidade de Brasília (UnB), seguida pela Universidade da Bahia (UNEB), usando como critérios os indicadores sócio-econômicos, ou a cor ou raça do indivíduo.

### **3 AÇÕES AFIRMATIVAS E O SISTEMA DE COTAS NA UFAL**

#### **3.1 O Sistema de Cotas na UFAL e a sua Implantação**

As ações afirmativas de acesso e permanência no ensino superior foram criadas com objetivos sociais de acesso à educação para todos, combate ao preconceito, discriminação racial e contribuir para a redução das desigualdades socioeconômicas, raciais, culturais e políticas no País.

O Estado de Alagoas, através da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, a qual vem contribuindo significativamente para a formação de uma sociedade mais igualitária, implantou o sistema de cotas, proporcionando 20% de suas vagas para os alunos que se declarassem negros provenientes da Escola pública, nos mais de 30 cursos de graduação por ela oferecidos.

Assim, pesquisar através da metodologia qualitativa e quantitativa como se deu a implantação, suas principais dificuldades e discussões, o processo e os atores que propiciaram e efetivaram essa implantação, nos mostra um retrato e uma noção da dimensão que tais medidas provocaram no âmbito da Universidade Federal.

#### **3.2 A Concepção da Implantação das Cotas e as suas Principais Perspectivas Teóricas**

A idealização do sistema para implantação em sede da UFAL ocorreu, entre os anos de 2001 a 2004, com alguns professores da Instituição, à época, como podemos citar, professor Moises Santana (que era diretor do NEAB), professor Zezito de Araujo (Prof. Adjunto – Secret. Especial de Defesa e Proteção das Minorias), entre outros, que de posse das estatísticas e estudos gerais quanto à situação da população negra no País e no Estado de Alagoas, desenvolveu o projeto de implantação das cotas.

As principais causas suscitadas pelos organizadores versaram sobre os números relativos à posição dos negros em paralelo à situação dos brancos, no cenário mundial e Estadual, conforme dados estatísticos fornecidos pelo IPEA, (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a época da implantação (em 2001), *in verbis*:

Há indicativos de melhora da educação ao longo do século 20, porém mantiveram-se as diferenças de acesso entre brancos e negros. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

confirmam a exclusão social da população afrodescendentes: (a) a taxa de analfabetismo é de 12,8% no Brasil. Entre os brancos, cai para 7,5%. Todavia, entre os pretos e pardos, supera os 16%; (b) 61,4% dos pretos e 53,3% dos pardos que fizeram o provão no ano passado cursaram todo o ensino médio em escola pública. Todavia, esse grupo representa apenas 34,7% dos alunos das Universidades Federais.

Já com relação à realidade de Alagoas o professor e historiador Zezito de Araujo, mencionou em entrevista fornecida para a confecção da presente dissertação, datada de 10/10/2013, informando o seguinte:

“(...) que participou da reunião da implantação das cotas na Universidade Federal de Alagoas, que durante a sessão do CONSUNI, apresentou dados que comprovaram que 67% (sessenta e sete) por cento da população de Alagoas é formada por negros.”

O pensamento aplicado à época da implantação traduzia que o Brasil possuía uma exclusão social com relação ao negro bastante considerável, uma vez que foram os negros sequestrados de seu país para servirem o Brasil como escravos, a famosa diáspora negra dando início a lógica da segregação racial.

Ademais, os idealizadores argumentaram que a exclusão social faz parte de um processo histórico, complexo, com várias faces, que se expressa na perda da dimensão da humanidade da pessoa humana, seja na dimensão objetiva da desigualdade, seja na ética da injustiça social e subjetiva do sofrimento. Os efeitos são perversos e devem ser enfrentados com Políticas Públicas Afirmativas de Inserção Social, voltadas para superação da exclusão social no país. (Projeto PAAF ESTRUTURANTE- Programas de Ações Afirmativas).

Somando a isso, ressalta-se a experiência vivida em solo alagoano com relação ao Quilombo dos Palmares, que foi uma demonstração de projeto plural, trans-étnico e transcultural, anti-racista e efetivamente democrático, tendo como seus principais representantes os negros.

Amparados nas perspectivas vislumbradas nas questões relacionadas à situação sócio-racial, fundamentaram suas perspectivas na literatura, entre elas, citamos: *Desafortunados – Um estudo sobre o povo de rua* – faz uma análise sobre a exclusão sócio-espacial e a vida nas ruas e Marx – analisa a condição do lumpemproletariado, como resultado da acumulação capitalista; Engels – faz um estudo sobre Manchester. *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. (Projeto PAAF ESTRUTURANTE que segue em anexo). Literaturas que mencionam a dificuldade vivida pela população negra e seus principais entraves, corroborando para a formação do projeto que culminou com a implantação das cotas na UFAL.

Com isso, percebe-se que durante todo o tempo para efetivar a implantação das cotas na UFAL, exigiu de todos, um estudo mais aprofundo para compreender a necessidade dessa medida de ação afirmativa, bem como, a visualização das condições da população negra no Estado.

Ademais, frise-se que toda a concepção teórica se baseou no processo histórico, e bem assim, na concepção da existência de preconceito racial no Estado, que inviabilizava o exercício dos direitos fundamentais do indivíduo negro.

### **3.3 A Dinâmica do Processo de Implantação**

A iniciativa e o projeto que deu origem as cotas na UFAL foi realizada pela pessoa do professor doutor Moisés de Melo Santana, que na época era o Diretor do Neab/AL, idealizando e demonstrando a necessidade da implantação das cotas na Universidade alagoana, amparando seu projeto em todo o contexto social dos negros no Estado e bem como, em experiências que estavam sendo realizadas à época. Segue a entrevista concedida pelo mencionado professor:

Dia: 05/12/2013

Local: Recife PE

Entrevistadora: Pesquisadora Marizângela Melo

Entrevistado: Prof. Dr. Moisés de Melo Santana (UFRPE/CONNEABs)

#### **ENTREVISTA**

1º) O que levou a trazer as cotas para a UFAL (os principais fatores)?

As discussões que antecederam a criação do PAAF UFAL foram coordenadas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB UFAL através da experiência do Projeto ÀFOJÚBÁ, que compunha a Rede de Projetos do Programa Políticas da Cor no Ensino Superior, do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ. O Àfojúbà foi uma experiência piloto de Pré Vestibular desenvolvida com 50 alunas e alunos e visava ser um espaço institucional catalisador de práticas e discussões pedagógicas relativas ao problema da democratização das relações étnico-raciais na sociedade alagoana. Ele visava, além de preparar os alunos e alunas para o vestibular, fomentar a discussão e interferir na formulação de políticas públicas educacionais que contribuíssem na superação das desigualdades sócio-

raciais. O projeto ÀFOJÚBÀ foi à referência inicial de política de ações afirmativas educacionais no ensino superior desenvolvida na Universidade Federal de Alagoas. As experiências com os denominados Cursos de Pré-Vestibulares Populares começaram a se desenvolver no Brasil a partir da década de 70 e 80. No entanto, foi no decorrer da década de 90 que essas experiências assumiram um caráter crítico-organizativo da juventude negra brasileira. No plano de ações do projeto ÀFOJÚBÀ desenvolveu um conjunto de discussões que foram se constituindo nas nossas referências para a formulação do Programa de Ações Afirmativas da UFAL.

2º) Como se deu o processo de implantação das cotas na UFAL? Quais foram as principais dificuldades?

Discutimos inicialmente com o Reitor Rogério Pinheiro a necessidade da universidade, através do Conselho Universitário refletir sobre a problemática do acesso da população negra ao ensino superior, que passou a fazer parte das demandas advindas do pós-conferência de Durban, na África do Sul, que teve o Prof. Zezito Araújo do NEAB UFAL, representando o Governo do Estado de Alagoas. O reitor participou de um Seminário promovido no dia 13 de maio de 2003 e se comprometeu a criar um Grupo de Trabalho específico com prazo estipulado de 03 (três) meses para apresentar uma proposta de ação ao Conselho Universitário da UFAL. Esse grupo de trabalho organizou uma agenda de atividades e de discussão com a comunidade acadêmica, DCE, Das, ADUFAL, SINTUFAL, OAB, Movimentos Sociais Negros, entre outros a fim de aprofundar as reflexões e mobilizar forças em torno da proposta em construção. Discutimos com o Prof. José Jorge de Carvalho da UNB, a Drª Dora Bertulho, da UFPR, Prof. Jocélio Teles da UFBA, que estavam com projetos em tramitação e formulação. Tínhamos naquele período a constituição inicial de uma rede de intelectuais e de Núcleos de Estudos Afro Brasileiros em articulação e desenvolvimento de proposições, discussões. O Projeto ÀFOJÚBÀ foi fundamental.

3º) Houve muita resistência por parte da Instituição, dos alunos e dos professores? Não respondeu.

4º) Qual era a visão com relação as cotas na época?

Havia muita desinformação e preconceito. Quando fomos instaurando um processo de discussão e diálogo, conseguíamos alterar as visões pouco elaboradas, mas contrárias às ações afirmativas. A sociedade brasileira amadureceu muito nesse processo de discussão das ações afirmativas.

5º) Hoje poderíamos dizer que na visão das cotas ocorreu uma mudança, uma vez que após a legislação as mesmas são obrigatórias no país?

Há um processo em curso de reconfiguração das relações étnico-raciais no mundo. O Brasil tem desempenhado um papel significativo nessa reconfiguração. A problemática racial assumiu novamente centralidade, quase cem anos depois. O debate público tinha se processado no período pré-abolição da escravatura, mas durante o século XX, ele foi perdendo centralidade. Todavia, nos últimos anos, a problemática das desigualdades raciais passou a ser intensamente tratada. Esse aspecto tem possibilitado o desenvolvimento de um rico processo de reeducação da sociedade brasileira. Há o desenvolvimento e criação de organismos no interior do Estado brasileiro, das universidades e dos organismos internacionais. Tivemos a ampliação das pesquisas e publicações sobre o tema, o surgimento da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro Brasileiros, ou seja, a diferenças significativas uma década depois. A própria modificação da LDB pela Lei 10. 639/03 faz parte desse processo mais amplo que estamos vivendo no Brasil

Conforme se depreende das palavras inseridas na entrevista concedida a esta pesquisadora, as ações afirmativas em Alagoas tiveram seu início com a experiência realizada na comunidade, propiciando para os alunos que não tinham condições de fazer um curso pré-vestibular, a possibilidade de fazer essa revisão através da iniciativa do projeto ÀFOJÚBÀ, que conforme o entrevistado serviu de um catalisador e práticas e condições pedagógicas para se discutir a realidade dos negros na atual estrutura estadual, fazendo com que as discussões sobre esse tem tomassem maiores repercussões.

O projeto ÀFOJÚBÀ como visto foi ponto fundamental para a abertura dos debates relacionados com a situação afro-descendentes de Alagoas, uma vez que conviveu de perto com essa parte da população, visualizando as necessidades, as dificuldades e as frustrações de uma população que seja por herança ou processo histórico, encontrava-se sem acesso para o ensino superior.

Os representantes do projeto de implantação e a discussão sobre as cotas na Universidade Federal de Alagoas, através do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Alagoas) e da Secretaria Estadual de Defesa e Proteção das Minorias (SEDEM), no ano de 2003, fizeram uma proposta e encaminharam ao Reitor da época, professor Rogério Pinheiro, que providenciou levar a discussão para o CONSUNI (Conselho Universitário) na qual foi analisada a possibilidade de implantação, com os debates de vários pontos pertinentes a viabilidade legal, bem como, a sua necessidade e pertinência, surgindo a Comissão Especial, através da Resolução nº 14/2003.



Assim, fora realizada a reunião no CONSUNI, onde se fizeram presentes os representantes de toda a sociedade científica e acadêmica, sendo suscitadas as principais propostas para a implantação, e bem assim, os pontos controversos, ou seja, contra as cotas, como a posição do professor Rogério Pinheiro.

Durante todo o debate e discussões no CONSUNI, vários questionamentos foram suscitados, entre eles, citamos o relacionado com a necessidade de se avaliar se realmente no Brasil existe um preconceito de raça ou ainda etnia, que permitisse a implantação. Tal pensamento fora veementemente defendido pelo Reitor da ocasião, professor Doutor Rogério Pinheiro, o qual até o presente momento, em entrevista concedida para a produção desta dissertação, em 22 de outubro do corrente ano, acredita que o problema não se encontra em uma dívida histórica que o Brasil, supostamente, tem para com os negros, mas sim na questão de degradação das Escolas Públicas do ensino fundamental e médio que não possuem uma estrutura adequada, não oferecem condições para que aquele aluno que lá estuda, tenha possibilidade de concorrer.

Aduz ainda o mencionado professor, que a responsabilidade, pelos números que compõem a estatística relacionada à discrepância da participação do negro na Universidade em comparação com os brancos, é questionável, não entendendo como correta a implantação das cotas para sanar uma impropriedade que está sendo transferida para as Universidades. Ressaltando ainda que, não acredita em preconceito de raça, etnia, enfim, entende que realmente existe é uma diferença de condições econômicas, ou seja, o preconceito de classes.

Seguem trechos da entrevista Professor Rogério Pinheiro:

“Você encontra branco onde, nas comunidades fechadas de Santa Catarina, Paraná, de descendência alemã, polonesa. Mas se a gente for procurar nas nossas famílias, como dizia Fernando Henrique Cardoso, todo mundo tem alguém com o “pé na cozinha”. Todos somos pardos, às vezes, uns tem a pele mais branquinha, mas se for analisar no ponto de vista real, e aí se deu a grande discussão, que todos na reunião, primeiramente, quis definir que deveria ser de Escola Pública, sendo a questão de ordem econômica racial. Acredita que surgiu a questão de cotas pelo desmantelamento das Escolas Públicas, menciona que até a década de 70, as melhores Escolas eram as Públicas, exemplificando a sua própria vida colegial, pois o entrevistado é proveniente da rede pública de ensino. Reafirma a decadência da Escola Pública citando que a coisa ficou tão absurda que o Estado doou uma Escola para uma instituição privada, referindo-se ao Colégio Cônego Machado que fora doado para o CESMAC, concretizando o desmanche das Escolas Públicas no Estado, acredita que seja um aspecto. Que paira sobre ele uma dúvida, se a decadência da Escola Pública foi de interesse

ideológico ou econômico, acreditando que a questão deve ser política, de natureza econômica, atendendo aos interesses da classe mais rica. É da opinião que a questão das cotas passa por um caráter de reestruturação das Escolas Públicas e não por caráter étnico. Por isso, defendeu um prazo para que as cotas durassem, no intuito de fazer com o Estado se adéqüe as condições, para não transferir a responsabilidade para a Universidade. Também não acredita em dívida histórica social, preconceito racial, historicamente falando, mas com a responsabilidade em todos os níveis.”

Conforme se depreende das declarações acima, verifica-se que apesar do Brasil ter assumido a posição de um país preconceituoso no tocante à raça, ainda se vislumbra o pensamento de que no Brasil não existe um preconceito com relação à etnia, mas sim, com relação social-econômica. Ademais, o entrevistado suscita a degradação das Escolas Públicas no Estado, e como o ensino está sendo cada vez mais tido como mercadoria, que serve como entraves para um desenvolvimento cultural e humano da população, chamando atenção para a inoperância do Estado em permitir que as Escolas Públicas sejam sucateadas. Afirma ainda, que a problematização relacionada com o acesso à Universidade passa por essa falta de compromisso do Estado em permitir que se destrua as Escolas públicas, pois se a população menos favorecida não possui recurso para fazer parte da rede privada de ensino, inevitavelmente, o acesso ao ensino superior se apresenta cada vez mais distante. Some-se a isso, que não basta apenas oferecer o ensino, mas que este seja de qualidade, como se via em épocas passadas. Ressaltando ainda, que a qualidade é ponto fundamental que não deve ser esquecido, independente, de ser da rede pública ou privada, já que atualmente o processo seletivo para o ingresso na UFAL se dá pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) que é unificado, concorrendo o estudante alagoano todo país; chamando atenção para o fato de que se continuar da forma que se encontra hoje, provavelmente, teremos que fazer uma reserva de vagas, como o sistema de cotas para as pessoas de Alagoas, sob pena da UFAL no futuro, não ter mais alagoanos.

Os pontos mais atacados pelas pessoas que não eram a favor da implantação das cotas estavam relacionados à legalidade e a resistência em entender e aceitar que havia um preconceito étnico no Estado, até mesmo dentro da Universidade Federal, uma vez que tal discussão incomodava no sentido que a partir do momento da aceitação das cotas, também teriam que se preparar com o aluno negro, pardo, vindos da Escola Pública, que até então, eram vistos sempre nas posições subalternas, e nunca na posição superior ou em concorrência, conforme mencionou o professor Zezito de Araújo, na época professor da Universidade e

Secretário de Estado da Secretaria das Minorias, participante do projeto de implantação das cotas (entrevista concedida, no dia 10/10/2013), que segue:

“A ideia da cota para Maceió foi decorrente da discussão, que foi consolidada pela Conferência de Durban, na África do Sul, em 2001, a qual ele participou, levando o Brasil a discussão da forma como iria se processar essa ideia nas Universidades. Sendo a UnB a pioneira das Universidades Públicas a adotar o sistema de cotas no país, o Rio foi o primeiro, no geral, sendo Alagoas também umas das primeiras, na perspectiva federal, a discutir e implantar o sistema, a UFAL contou como apoio do professor José Jorge da UnB, no sentido das questões teóricas e práticas das cotas. Na época, o professor Moisés Santana era diretor do NEAB, em substituição a sua pessoa, uma vez que tinha assumido a Secretaria das Minorias do governo do Estado, oportunidade que intensificou os debates para a necessidade da implantação das cotas em Alagoas. Ressalta o entrevistado que apesar de não haver uma divisão de tarefas para o debate de implantação das cotas, as coisas acabaram tomando naturalmente a divisão de que o professor Moisés discutia o assunto na Universidade enquanto o entrevistado suscitava em sede do Governo do Estado, contudo, sempre juntos, organizando as questões e tarefas para viabilizar as cotas no Estado. Nesse momento, houve a parceria da Fundação Cultural Palmares, entre 2001 a 2007, sobre as ações afirmativas. Que logo, intensificaram as políticas para a atenção da população negra do Estado até porque todos são militantes do movimento negro. Passaram a fazer várias reuniões para discutir as cotas na UFAL, sendo levada a proposta ao Reitor da época, professor Rogério, que a priori, houve uma resistência da Reitoria, tendo em vista que o reitor não acreditava que as cotas iriam sanar o problema com relação à desigualdade social, proferindo uma resposta negativa. Nas reuniões, os professores Moisés e o entrevistado esclareceram que as cotas não poderiam ser analisadas apenas na perspectiva da legalidade, mas também, na ideia do processo histórico. Acreditando o entrevistado que o argumento relativo ao processo histórico foi o principal ponto que levou ao convencimento de todos. Justifica ainda que, quanto à negativa das cotas na percepção da legalidade, caiu por ter com a decisão do STF, concluindo pela sua total legalidade. Já com relação à visão das cotas pelas pessoas, estas tendem a analisar as cotas na perspectiva da Constituição Federal de que todos são iguais perante a lei, mas esquece de analisar que a lei é algo frio, a lei não reflete a desigualdade regional, a desigualdade social, no entanto, as pessoas se colocam de forma desiguais dentro de um processo histórico, dentro de uma relação social. (...)

Ressalte-se ainda, que argumentos estatísticos foram trazidos à baila para justificar a necessidade das cotas, podemos visualizar na pesquisa que segue, realizada pelo IPEA, 2001:

(...) entre os jovens brancos de 18 a 23 anos, 63% não completam o ensino secundário. Embora elevado, esse valor não se compara aos 84% de jovens negros da mesma idade que ainda não concluíram o ensino secundário. A realidade do ensino superior apesar da pequena diferença absoluta entre as raças, é desoladora. Em 1999, 89% dos jovens brancos entre 18 a 25 anos não haviam ingressado na universidade. Os jovens negros nessa faixa de idade, por sua vez, praticamente não dispõem do direito de acesso ao ensino superior, na medida em que 98% não ingressam na universidade (IPEA, 2001:30-31)

Observa-se ainda que durante todo o processo de implantação a Procuradoria Geral Federal junto à UFAL, expediu parecer favorável às cotas, conforme se depreende do trecho a seguir transcrito, resolução nº 33/2003 - CONSUNI:

“Não é demais ressaltar que, a iniciativa desta IES (Instituto de Ensino Superior), através da sua Administração Superior, em acolher a proposta formulada conjuntamente pelo NEAB e pela SEDEM a que se reporta o texto da Resolução nº 14/03 – CONSUNI, nas suas considerações, encontra espeque no art. 2º, “d” do respectivo Estatuto, assim transcrito, (...) O ponto de vista jurídico, da matéria aqui invocada, não é outro senão o de garantir tratamento desigual aos desiguais, na medida de suas desigualdades. É nessa esteira de raciocínio, que a igualdade de raças está prevista na CF/88, nos art. 1º, II, III e IV; 5º, XLI, XLII, entre outros.(...) Destarte, por tais considerações aqui delineadas, sou por opinar pela recomendação da criação do Programa proposto na forma prevista na Resolução nº 14/03 – CONSUNI.(...)”

Após grandes discussões e debates, em 06 de novembro de 2003, em sessão extraordinária, por unanimidade, ocorreu a aprovação do Programa de Políticas Afirmativas para Afro-descendentes no Ensino Superior na Universidade Federal de Alagoas, conforme Resolução de nº 33/2003, data de 06 de novembro de 2003.

A mencionada Resolução nº 33/2003 trazia como objetivos gerais e específicos:

**Gerais:** a criação de um programa de políticas afirmativas para afro-descendentes na Universidade para viabilizar o acesso e a permanência da população negra no ensino superior;

**Específicos:** a implantação a partir de 2004, de um sistema de cotas para negros/negras num período de 10 (dez) anos, com o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas destinadas a todos os cursos oferecidos pela Universidade; a criação de uma Comissão Permanente de operacionalização, acompanhamento e avaliação do sistema de cotas na UFAL; instituir programa interno de formação para funcionários técnico-administrativos e professores visando desenvolver a compreensão dos mecanismos de discriminação raciais.

Também viabilizou a formação de uma estrutura de funcionamento do programa, como a instituição de uma Comissão Permanente de operacionalização e implantação, a

avaliação acadêmica a cada 02 (dois) anos, visando a aprimorar a inserção e desempenho acadêmico dos alunos/alunas cotistas, avaliação da inserção dos alunos e avaliação de impacto do programa. Traçou ainda, um plano de metas que previa algumas iniciativas, como por exemplo, a inclusão da disciplina História da África no quadro das obrigatórias, desenvolver programas de formação de professores das redes públicas e privadas de ensino, habilitando-os para tratar adequadamente a diversidade racial, criação de um programa editorial que estimule a produção de material pedagógico na questão étnico-cultural, criação de políticas de cotas para a UFAL, destinando 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas pela Universidade, em todos os seus cursos, sendo tal percentual dividido em: 60% (sessenta por cento) dos 20% (vinte por cento) para as mulheres negras; e 40% (quarenta por cento) dos 20% (vinte por cento) para homens negros, todos egressos da Escola Pública.

Por tanto, a partir das metas acima citadas a Universidade Federal de Alagoas passa a ser mais uma Universidade Federal a aderir às cotas no país.

Contudo, percebe-se que Alagoas inovou na natureza da qualidade dos cotistas, tendo em vista que em todas as demais, como Universidade Estadual carioca, UnB, todas se utilizavam do caráter racial e do social das cotas, porém, Alagoas acrescentou mais um, o caráter de gênero, quando do recorte do percentual oferecido de vagas destinadas as cotas, recair sobre a qualidade de ser mulher negra, egressa da Escola pública.

Percebe-se que esse recorte se deu pelo fato de que os estudos realizados pela Comissão Especial responsável por demonstrar a viabilidade das cotas perante a Universidade, informar que além do nosso Estado possuir metade de sua população composta por negros, e desse percentual, mais da metade se encontrar fora do ensino superior, quando da comparação entre homens e mulheres, verificou-se que o percentual aumentou consideravelmente, logo, ser mulher negra significada em preconceito potencializado.

Tal recorte representou um diferencial bastante relevante, já que nenhuma outra Faculdade/Universidade havia se preocupado com essa questão.

Ainda analisando a Resolução nº 33/2003 do CONSUNI, verifica-se que há recomendações para a implantação das cotas na Universidade, vejamos:

O sistema de acesso a ser implantado realizar-se-á através do Processo Seletivo Seriado da UFAL. Os alunos concorrentes no sistema de cotas terão que ser aprovados na primeira fase do processo seletivo de forma idêntica aos demais candidatos. A diferença reside no fato de que os candidatos que se autodeclararem negros no ato da inscrição serão classificados separadamente, sendo aprovados os que alcançarem a nota de aprovação até o preenchimento dos 20% de vagas que lhe são destinados. Não haverá uma obrigatoriedade de

preenchimento do percentual estabelecido, se em algum curso não se atingir 20% de candidatos negros aprovados, essas vagas retornarão ao conjunto das vagas gerais do Processo Seletivo Seriado. O Programa de Cotas continuará mantendo os critérios já estabelecidos pelo Processo Seletivo Seriado, tais como: a eliminação do candidato pelo seu desempenho na redação; e o desempenho nas provas de habilidades específicas que serão, também, eliminatórios. Após a entrada na Universidade os alunos provenientes deste Processo Seletivo frequentarão as mesmas turmas, cursarão as mesmas disciplinas e serão avaliados pelos mesmos critérios utilizados para os demais alunos, sendo, descartada, portanto, a possibilidade uma formação de segunda categoria. Sendo assim, terão que cumprir satisfatoriamente todas as exigências do curso, independente da sua identificação racial.

### **3.4 O Projeto de Ações Afirmativas - PAAF**

Em atenção a Resolução nº 33/2003, quanto à determinação de projeto para viabilizar implantação das cotas na Universidade, é criado o projeto PAAF, com o objetivo de propiciar as ações que viabilizem o acesso e permanência da população negra na UFAL.

O programa foi estruturado em 04 (quatro) subprogramas:

- 1– Políticas de Cotas;
- 2- Políticas de Acesso e Permanência;
- 3- Políticas Curriculares e de Formação de Professores;
- 4 – Políticas de Produção de Conhecimento.

Esses 04 (quatro) subprogramas estão sendo coordenados por uma Comissão Permanente do Programa de Ações Afirmativas da UFAL.

Esse projeto viabilizou e estruturou a forma como iria ocorrer, na prática, a abertura do processo seletivo dos candidatos que iriam concorrer pelo percentual das cotas.

O PAAF justificou as suas ações chamando atenção para a importância das ações afirmativas, argumentando que caso não houvesse ações afirmativas, apenas daqui a 20 (vinte) anos, os negros iriam conseguir obter a mesma média escolar que os brancos possuem hoje, levando em consideração que a conclusão do ensino médio, os brancos deverão alcançá-la em 13 anos, enquanto os negros necessitarão de 32 anos.

Ademais, reforça a necessidade para a implantação das cotas por ser o Estado de Alagoas composto em sua grande maioria por negros, que segundo as estatísticas, mais de 67% (sessenta e sete por cento) se encontra na linha ou abaixo da linha da miséria, conseqüentemente, sem acesso aos direitos básicos, entre eles, a educação, entrevista

concedida pela professora Dr<sup>a</sup>. Clara Suasuna a esta mestranda, em 10/10/2013, diretora do NEAB (seguem trechos)<sup>31</sup>:

“Sabe explicar qual ou quais os pontos que justificava a implantação da cota? Respondeu que hoje 70% (setenta por cento) da população Alagoana é Afrodescendente (preto/parda) e 65% (sessenta e cinco por cento) está na linha ou abaixo da linha da miséria. Esses dados fazem com que, cadê a população, que é a maioria, que não está na Universidade?”

O programa também se comprometeu em analisar durante todo o tempo de implantação das cotas, que estipularam 10 (dez) anos, os resultados e impactos para Universidade, bem como, os riscos e as dificuldades encontrados, ratificando que o processo seria implantado em 2005, para alunos negros ou pardos, egressos da Escola Pública, desde que eles se autodeclarem, no ato da inscrição para o vestibular.

### **3.5 Operacionalizando o Conceito de Raça na Concepção das Pessoas**

Como se verifica a UFAL se utiliza da autodeclaração para dirimir quem seria negro/pardo no Estado, como isso, surgem as várias discussões com relação a tal questão, uma vez que afloram as perguntas: poderia se declarar negro, uma moça ou rapaz que possua pele branca e olhos claros? Ou ainda, como se classificar como pardo? Esses questionamentos passam pela discussão de vários pontos que passaremos a abordar a seguir.

Para determinar a raça e a discriminação racial, devemos identificar os grupos raciais que serão classificados dentro de um sistema que possui dois componentes principais: a classificação em si, ou seja, as categorias raciais; e o método de identificação, que permite classificar os indivíduos nas categorias raciais. (OSÓRIO 2003b artigo professor Breitner).

Existem, basicamente, três métodos de identificação racial que são aplicados com variantes: O primeiro diz respeito à *auto-atribuição* de pertença onde o próprio sujeito da classificação escolhe o grupo do qual se considera membro; O segundo corresponde a *hetero-atribuição* da pertença significa que outra pessoa define o grupo do sujeito; O terceiro corresponde à *identificação de grupos populacionais* dos quais os ancestrais são provenientes, utilizando-se de técnicas biológicas de análise de material genético. (PENA, 2000).

Outrossim, é importante frisar que no contexto de pesquisa se busca identificar a raça para detectar discriminações, o método biológico, não é aconselhado usar, uma vez que não

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida em 10/10/2013, Dr<sup>a</sup> professora de história da UFAL e Diretora do NEAB/AL.

existe correspondência direta ou necessária entre os grupos “raciais” que podem ser definidos pelo seu emprego e os grupos raciais que as sociedades conhecem e usam para distinguir e hierarquizar seus membros. A sociedade não precisa saber quanto de ascendência africana tem uma pessoa, apenas se, em seu contexto relacional, sua aparência a torna possível de ser enquadrada nessa categoria, transformando-a em vítima potencial de discriminação. (RAFAEL GUERREIRO – artigo científico – prof. Breitner)

Ressalte-se que a identificação de grupos populacionais por ancestrais é tão frágil, que o uso para determinar a pertença a um determinado grupo poderá se equivocada, podemos citar como exemplo, uma pesquisa realizada pela versão brasileira da página British Broadcast Company, BBC Brasil, que convidou vários artistas para fazer um teste de ancestralidade biogeográfica, descobrindo que alguns deles, apesar de ser bem negro na aparência, tinha mais ancestralidade europeia do que africana.<sup>32</sup> Foi o caso do Neguinho da Beija-Flor, cuja avaliação do resultado se observa: “europeu, eu? Um negão desse... Eu vou pela cor da pele. Se eu disser que sou 60% europeu nego vai achar que eu estou de gozação”<sup>33</sup>.

Com isso, a mencionada pesquisa apenas vem reforçar o caráter social da raça e a sua definição pela aparência física. Reforçando que a genética não interessa quando se quer discriminar, para tal prática o interesse recai sobre o que se está vendo. Ademais, para as pessoas pouco importa a carga genética do indivíduo, quando se quer discriminar o critério utilizado é outro, ou seja, o fenótipo, a aparência. Logo, é de se entender que não seria razoável se utilizar do caráter genético para determinar cotas, por exemplo, uma vez que não iria traduzir ao preconceito aplicado pela sociedade.

Frise-se que não há como garantir uma total harmonia entre a classificação dos sujeitos dentro dos métodos estudados, no entanto, é razoável esperar convergência quando os sujeitos da classificação se apresentam de forma próxima ao estereótipo dos grupos, e há divergência quando ficam na fronteira entre dois grupos. Não há qualquer impedimento para o uso de um ou dois métodos diferentes na identificação da pertença.

O IBGE em seu sistema classificatório se utiliza de dois métodos, quais sejam, o hetero-atribuição e o auto-atribuição de pertença racial, contudo, ainda se acende várias críticas com o uso dos métodos, uma vez que as pessoas nos levantamentos domiciliares realizados pelo IBGE, nem sempre estão presentes ou ainda estão na condição de

---

<sup>32</sup> Reportagem Especial “Raízes Afro-Brasileira”. No sitio da BBC Brasil, atualizado em 31 de agosto de 2007 (acesso pelo art. Científico de Rafael guerreiro).

<sup>33</sup> Neguinho da Beija-Flor tem mais gene europeu. No sitio da BBC Brasil, atualizado em 31 de agosto de 2007 (acesso pelo art. Científico de Rafael guerreiro).



incapacidade, acabam interferindo um pouco na realidade. Porém, vale mencionar que o uso da hetero-atribuição ocorre através da informação prestada por uma pessoa que reside com a outra que se encontra ausente, repercutindo em uma estatística próxima da realidade, não viciando assim, todo o procedimento.

Vale ressaltar que existe uma recomendação para o uso do método de auto-atribuição nas pesquisas ou registros que captam a raça ou etnia, porém, no Brasil se discute se esse método é adequado para se aplicado aqui.

A discussão quanto ao uso da auto-atribuição, ganha espaço no Brasil, tendo em vista a variação socioeconômica da cor, uma vez que a doutrina é unânime em afirmar que a ascensão social pode “embranquecer”, havendo vários registros nesse sentido (cf. NOGUEIRA 1985; RAMOS, 1995; NOGUEIRA, 1998; SILVA, 1999b, 1999a).

Infere-se ainda que as pessoas que carregam menos traços negros, têm uma tendência maior de se considerar brancas, e que essa tendência varia de acordo com a sua melhor condição socioeconômica, pois as pessoas mais abastadas escolhe mais o branco. Se, por exemplo, a grande diferença nas médias da renda domiciliar *per capita* de negros (pretos ou pardos) e brancos é considerada, poder-se-ia perguntar quanto dessa diferença, na verdade, dever-se-ia ao fato de que a reivindicação da branquira é maior entre os mais ricos, e menor entre os mais pobres. (SILVA, 1999a, 117)

Contudo, poderia encontrar no uso do método hetero-atribuição quando o entrevistado teria sua cor informada pelo entrevistador, contudo, não exista qualquer garantia de que os entrevistadores não iriam “branquear” os entrevistados mais ricos.

A celeuma está longe de resolvida, entretanto, ideias e posições nascem para que ocorra uma aplicação mais adequada ao caso concreto, podemos mencionar a alternativa suscitada por Rafael Guerreira quando da discussão do tema em sua tese de doutorado em sociologia, *in verbis*:

“É possível estabelecer de antemão um critério para julgar se a hetero-atribuição seria efetivamente preferível à auto-atribuição. Tal critério se baseia no conhecimento: i) de que ser branco é algo valorado em todas as camadas sociais, mesmo entre os mais pobres; ii) de que há uma tendência de branqueamento à medida que se galgam degraus progressivamente mais elevados da estratificação social, isto é, de recalque da ascendência negra – especialmente se ocultável. Assim, uma maior proporção de pretos e pardos na composição racial deveria ser constatada quando o método de identificação é a hetero-atribuição. Se isso ocorresse, a classificação assim obtida poderia ser considerada mais acurada do que obtida por auto-atribuição.”

Todavia, o mencionado Doutor após ampla pesquisa visualizou que dentre as circunstâncias o uso da auto-atribuição acaba sendo mais apropriado para dirimir a questão de cor no país, não que o método da hetero-atribuição também não possa ser utilizado.

Com isso, a tendência a se ter as cotas voltadas para a autodeclaração, por ser uma forma mais razoável de se identificar o negro/pardo no país, evitando problemas como o ocorrido na Universidade de Brasília quando da implantação das cotas.

### **3.6 Pardos e Pretos: Um Grupo Social Caracterizado Como Negros**

Como se observa a Universidade Federal de Alagoas tem como requisito de caracterização para concorrência aos números de cotas, os pretos/pardos que são oriundos da Escola Pública. (Projeto PAAF).

É imperioso ressaltar que a categoria Negro não existe nos levantamentos do IBGE, que os resultados divulgados fazem referências a pardos e pretos, separadamente, os usuários do sistema agregam pretos e pardos em um único grupo social, isto é, os Negros.

São três as justificativas que amparam a agregação, são elas: é o fato de que devido às características do preconceito racial no Brasil, pretos e pardos estão sujeitos pela discriminação do mesmo motivo, por se distanciarem do ideal de branquidão socialmente valorizado. Já a segunda diz respeito à homogeneidade de características socioeconômicas, tendo em vista que os dois grupos apresentam indicadores semelhantes em várias dimensões (acesso a serviços básicos, trabalho, saúde, educação), enquanto a terceira é a necessidade estatística: o grupo das pessoas que se declaram pretas é relativamente pequeno, o que suscita problemas de inferência para algumas análises, devido ao tamanho menor da amostra.

Com isso, a agregação busca amparo nas várias vertentes acima abordadas somando justificativas de várias ordens sociais, que apenas traduzem em preconceitos, uma vez que os pardos sofrem discriminação por ter algumas características dos pretos, ou ainda, por questões socioeconômicas, que eram muito semelhantes as dos pretos, sendo estudada por vários pesquisadores, como Nelson do Valle Silva (1978) que não havia quase diferença entre pretos e pardos segundo questão socioeconômica, posteriormente, Lovell (1992) reexaminou a homogeneidade, considerando também a condição de gênero, concluindo a favor da homogeneidade entre pardos e pretos. Com relação à estatística em algumas amostras o número é tão pequeno que inviabiliza a possibilidade de análise multivariada.

No entanto, é de ressaltar que existe uma vantagem em agregar ambos, pardos e pretos, tendo em vista que se todos sofrem com os mesmos preconceitos, tanto racial quanto

socioeconômico, o tratamento seria igualitário, já que quase não há diferenças, junte-se a isso, a viabilidade na formação dos grupos, onde iremos estudar os brancos e negros.

A criação da identidade é fundamental para a formação e construção dos grupos sociais como, por exemplo: a classe, a raça, a elite. Uma vez que, segundo Bourdieu, o grupo que não batalha e não se esforça para se distinguir do outro, não possui existência social.

De certo modo, a distinção entre os determinados grupos quase sempre é produto das lutas pela posse do poder simbólico, o qual é socialmente capaz de classificar, nomear e discriminar todos os grupos no interior dos respectivos domínios do espaço social.

### 3.7 As Cotas e os Sujeitos Sociais

Outra teoria sociológica bastante pertinente versa sobre a noção de espaço social de Bourdieu, que possibilita a compreensão dos lugares determinados onde ocorrerão as disputas entre os partidários de cotas universitárias para alunos de escolas públicas, e de outro lado e os defensores dos grupos de status étnico-racial negro. A noção de espaço social bourdieusiana é suscitada enquanto o espaço das ações e das disputas que os agentes sociais travam para construírem-se socialmente, porquanto grupos e como representantes legítimos dos mesmos. Sob esse aspecto, as diversas categorias de grupos sociais estarão sendo forjadas como objeto e produto de lutas e de disputas sociais, cujo pano de fundo é derivado da criação e implementação das leis de cotas universitárias.<sup>34</sup>

Bourdieu ainda destaca que é no interior desse espaço social que os agentes (as lideranças) e os grupos (classes, grupos de status e elites) apresentam-se distribuídos e diferenciados socialmente de acordo com seu percentual, sua quantidade de força e poder.

Segue Bourdieu mencionando que, classes e grupos sociais, tais como: grupos de status e elites são criados socialmente a partir de espaços sociais determinados que tornam possível suas existências. Outrossim, conceituando classe social segundo Bourdieu, compara a classe como uma categoria formada por um “conjunto de agentes que, ocupando posições semelhantes e sujeitos à condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo práticas e tomadas de posição semelhantes”<sup>35</sup>.

Bourdieu apresenta a categoria classe bem diferente da acepção de classe social apresentada por Marx e mais próximo daquilo que Weber compreendia como grupo de status.

<sup>34</sup> Em defesa da sua tese de mestrado intitulada: IGUALDADE OU DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES? Uma análise das leis de cotas e de suas implicações sociais de GILSON IRINEU

<sup>35</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz; 6 ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003. p.136.

No entanto, pela abrangência da categoria bourdieusiana de classe, até que se poderia, com uma certa ressalva, utilizá-la para identificar não só as classes econômicas, no sentido da teoria marxista, mas, também, compreendê-la no sentido da noção de elite dominante de Pareto e de grupos de status de Weber, como por exemplo, o grupo étnico de negros ou de status de cor como os pardos e os pretos.<sup>36</sup>

Infere-se por tudo mencionado acima que Bourdieu, compreende tanto a classe social, o grupo de pobres quanto o grupo de status racial, grupo de status de cor como categorias sociais que só existem socialmente enquanto tipos ideais, isto é, sob a forma de representações sociais e não como realidades naturais em si e por si mesmas. Ele ainda argumenta que a percepção do mundo social pelos agentes dá-se provavelmente a partir de uma dupla estruturação social: a objetiva e a subjetiva. Na primeira, a estruturação objetiva, os agentes e as instituições são apenas percebidos sob a forma de prováveis combinações desiguais e, na segunda, a estruturação subjetiva, Bourdieu a mostra como o resultado de embates simbólicos já sedimentados e cristalizados pelas “relações de forças simbólicas”. Apesar disso, tais grupos sociais, na visão de Bourdieu, são criados e reproduzidos também como produto da vontade e do poder classificatório de seus representantes. Nesse sentido, esses grupos sociais passam a ter uma existência social quando seus agentes mandatários fazem crer que são parte do grupo, como também, fazem crer, para os outros, na existência de seu grupo e no aspecto legítimo de sua representação do grupo e para os diversos grupos sociais com os quais interagem.<sup>37</sup>

Fazendo uma ponte com a Teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu, verifica-se que segundo o autor, uma identidade individual ou de massa, ocorre por meio de uma dialética da percepção do indivíduo com relação às variedades de campos sociais e suas estruturas que lhes são demonstrados. Com isso, podemos imaginar nos campos de institucionalização tradicional, que citando como exemplo, a família e a Escola, e por outra esfera, o campo de institucionalização indireto a política, onde se visualiza a economia, relações culturais, jurídicas e de princípios éticos e morais.

Atualmente há uma grande expansão dos Campos Sociais, fazendo com que o nosso *Habitus* sofra transformações, tendo em vista o surgimento de novas possibilidades de Ser e agir dentro da sociedade no presente com em relação ao passado. As mudanças dos Campos

---

<sup>36</sup> O conceito de classe de Bourdieu assume uma dimensão holística semelhante à noção maussiana de Fato Social Total. Numa interpretação particularizada sobre a classe bourdieusiana, eu a compreendo como uma categoria que pretende subsumir os variados espaços de ação social, tais como: o econômico, o político, o social, o religioso, o geográfico e etc.

<sup>37</sup> BOURDIEU. 2003. p.160.

Tradicionais (a Escola com novas metodologias e novas didáticas de ensino e a nível formação familiar) as várias formas de interação entre as pessoas, chamados de Agentes de Campo (redes sociais, internet, política, economia, indústria, valorização da diversidade sócio-cultural, aceitação e convivência) ganham mais espaço e força tendo em vista aos aspectos tecnológicos, globalizados e sociais. Traduzindo-se em uma época de cisão de paradigmas sociais e individuais, resultando em ganhos e perdas dessa nova amplitude social.

### 3.8 O Recorte de Gênero Aplicado na UFAL

É notório que entre os tipos de preconceitos aplicados no país, o preconceito contra a mulher é bastante praticado, infelizmente, pois mesmo com tanto desenvolvimento e mudanças de paradigmas essa prática ainda é visível nos dias atuais.

Em 1979, O Brasil preocupado em manter a isonomia entre homens e mulheres, foi signatário da convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que discorria , *in verbis*:

Art 4º-1. A adoção pelos Estados - parte de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher não se considerará discriminação na forma definidas nesta Convenção, mas de nenhuma maneira implicará, como consequência, a manutenção de normas desiguais ou separadas; essas medidas cessarão quando os objetivos de igualdades de oportunidade e tratamento houverem sido alcançados.

Além das perspectivas legislativas, as vozes no âmbito acadêmico e científico discorriam quanto à necessidade de políticas públicas que contemplasse a reparação para o preconceito de gênero, podemos mencionar a pesquisadora Leda Machado na pesquisa *Deve o gênero ser incluído nas políticas públicas nas áreas urbanas?* Onde partiu da hipótese de que:

A incorporação de gênero proporciona condições para que a realidade dos diferentes papéis desempenhados por homens e mulheres e consequentemente diferentes necessidades vivenciadas por eles, poderiam ser melhor apreendidas. Desta maneira, as políticas públicas teriam mais condições de atender às necessidades, já que elas seriam melhor entendidas. (LEDA MACHADO)

Seguem mais entendimentos no tocante à necessidade de uma reparação sob a ótica da diferença de gênero, A violência racial constitui um constante ataque às identidades e subjetividades dos excluídos, por meio da veiculação de um discurso que estabelece o padrão cultural dominante, capitalista, branco e andrógino, ao qual a população negra é

constantemente pressionada a se adaptar e moldar (Bento, 2002). A dominação racial estabelece ao racialmente dominado o lugar da desonra, o lugar de objeto do desejo do outro. Verifica-se que o racismo e o sexismo se completam de forma mútua, ao passo em que ocorre uma potencialização entre a dominação racial/ étnica e a dominação de gênero, fazendo com que grupos racialmente dominados estejam como que frequentando por territórios de outrem (Anjos, 2004). O mencionado processo confere a posição das mulheres negras ao patamar inferior do sistema de dominação/exploração,(...)<sup>38</sup>

Vários países por todo o mundo buscam saídas para dirimir a questão dos preconceitos sejam eles, de raça, social ou de gênero, aplicando ações afirmativas como meio de diminuir os impactos e reparar os danos causados as vítimas.

No Brasil, temos como exemplo, a lei que obriga os partidos políticos a terem no mínimo 30% (trinta por cento) de seus candidatos do sexo feminino, exemplo também se visualiza na aposentadoria, onde as mulheres se aposentam mais cedo do que os homens. São vários os exemplos que podemos verificar no país que viabiliza a diminuição da postura de exclusão com relação ao gênero.

Pensando nesses pontos, bem como, de posse de uma realidade bastante preocupante e limitadora ao acesso básico à Educação que surgiu o projeto das Ações Afirmativas na perspectiva de gênero, adotada pela UFAL.

### **3.9 O Vestibular de 2005 da UFAL**

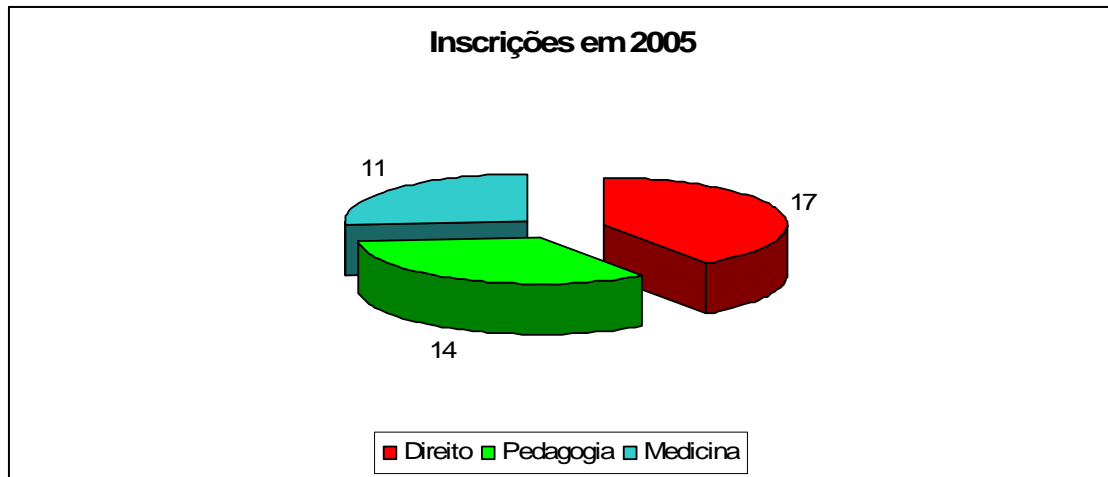
Foi no ano de 2005 que Universidade Federal de Alagoas iniciou a oferta das cotas dentro o número de vagas disponível dos seus cursos de graduação, observa-se que nesse vestibular foram escritos 200 alunos, que se declararam negros e concorreram pelas cotas, obtendo aprovação 192, conforme estatística apresentada pelo NEAB.

O curso que ocorreu mais inscrição e aquele que mais recebeu cotista foi o curso de direito, acompanhado pelos cursos de pedagogia e medicina. Tal incidência pode estar relacionada ao quantitativo de mulheres, já que dentro dos 20% (vinte por cento) das vagas destinadas para os cotistas, 60% (sessenta por cento) são destinadas para as mulheres negras, em contraponto dos 40% (quarenta por cento) dos homens negros, conforme se depreende do gráfico abaixo:

---

<sup>38</sup> MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DE MULHERES NEGRAS: EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL, Maria Luisa Pereira de Oliveira ONG Maria Mulher, Porto Alegre, Brasil visitado em 03/11/2013, às 13h54min - <http://www.redalyc.org/pdf/3093/309326666014.pdf>

Ranking	Curso	Nº Cotistas
1º	Direito	17
2º	Pedagogia	14
3º	Medicina	11



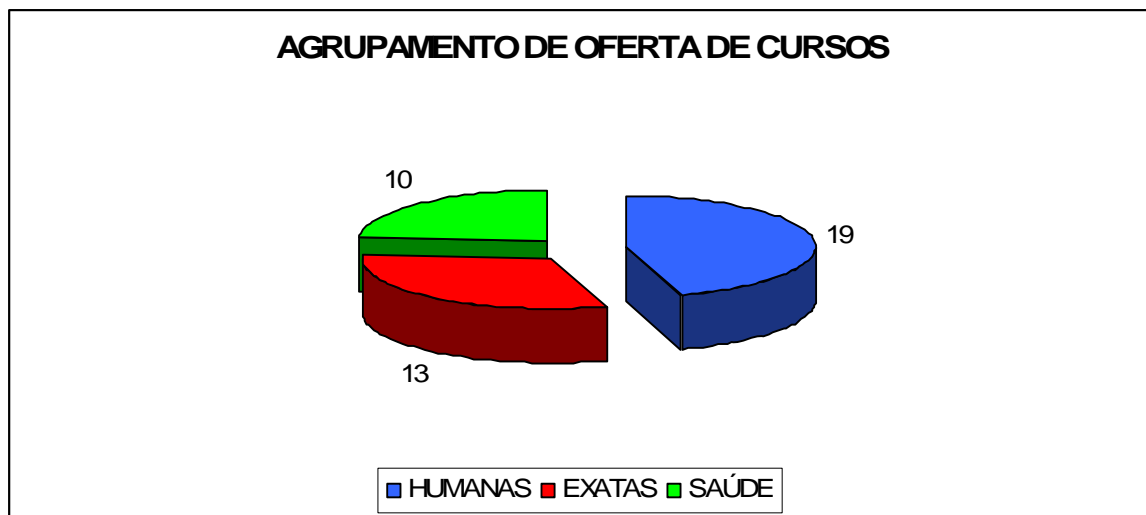
Observa-se ainda a faixa etária dos cotistas no ano de 2005, estava na faixa de 25 a 30 anos de idade.

Destarte, vale mencionar que o vestibular, no sentido das provas, são as mesmas aplicadas tanto para alunos que concorrem às cotas quanto aqueles que não fizeram tal opção. Sendo um processo democrático, que respeita os critérios vislumbrados da nossa lei maior, a Constituição Federal.

## 4 ANÁLISE QUANTITATIVA DA EVOLUÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS – COTAS

### 4.1 A Efetividade das Cotas Após a Implantação e as Principais Comparações com os Anos Seguintes

A distribuição de oferta de cursos superiores das áreas de exatas, humanas e saúde é proporcionalmente equivalente (conforme gráfico abaixo). Revelam imparcialidade da Ação Afirmativa de Cotas da UFAL, possibilitando aos interessados igualdade e liberdade de escolha quanto à formação acadêmica, assim como, atuação profissional para cumprir com o seu papel social.

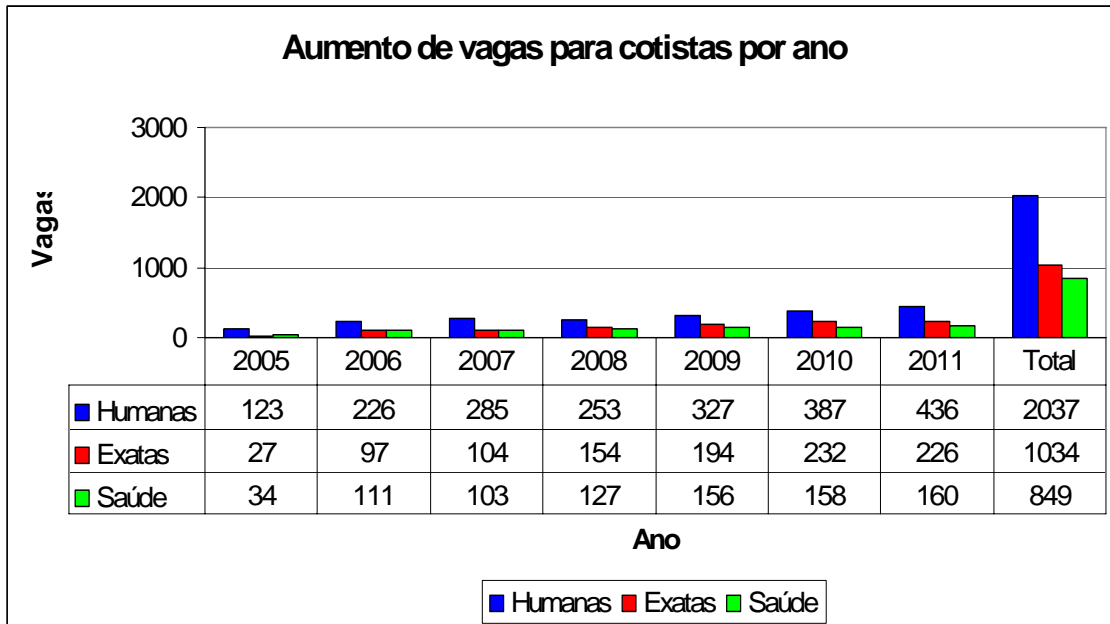


No decorrer da aplicação das cotas na UFAL, conforme estipulado no PAAF, o NEAB, foi o órgão responsável para pesquisar e acompanhar o desenvolvimento dos alunos cotista na Universidade, logo com essa obrigação, o mencionado órgão passou anualmente coletar dados brutos quanto as principais características e desenvolvimentos dos alunos cotista como intuito de assegurar que as ações afirmativas, na modalidade cotas, estavam atendendo os preceitos pelos quais foram criadas. Todo esse trabalho, no que se refere à estatística relacionada ao aluno das cotas, foi amparado e fundamento a partir desses dados.

A diferença entre o número de inscrições nos cursos abaixo e o ranking se dá pela quantidade de vagas disponíveis para cotistas em cada área e curso. Dessa forma os gráficos à seguir mostram que o total de estudantes de cada curso não representam necessariamente que seja o curso mais procurado. Cotistas Inscritos por curso (dados de 2005 a 2011)



Entre os anos de 2005 e 2011, a UFAL, admitiu 3.920 alunos advindos do sistema de Cotas em seus cursos de graduação. De acordo com a tabela abaixo, podemos verificar que há crescimento do número de alunos inscritos no sistema de cotas a cada ano.



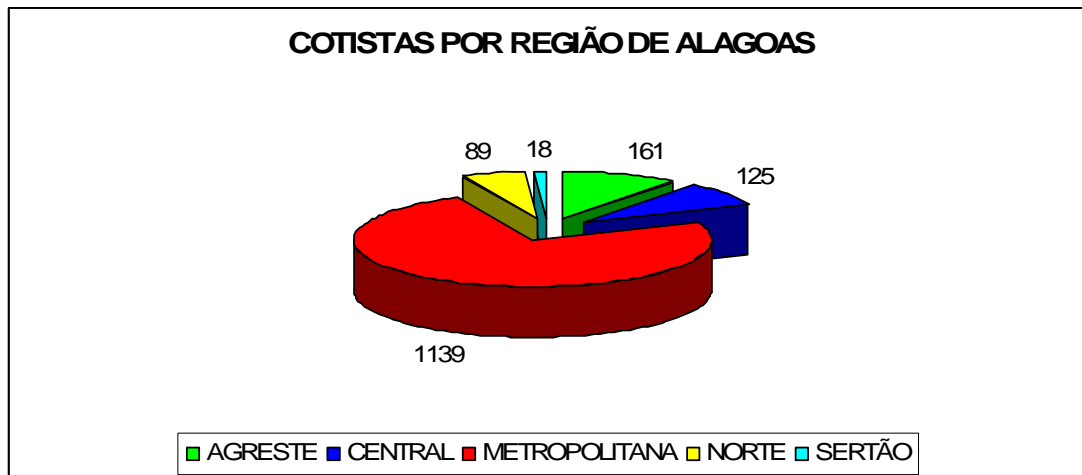
O crescimento percentual de alunos inscritos pelo sistema de cotas do ano de 2005 para o ano de 2011 foi de 446%.

Ainda não há dados estatísticos de comparação daqueles alunos graduados em cursos de licenciatura, sua respectiva atuação profissional e a sua relação com o aumento do número de candidatos às Cotas de Acesso ao Ensino Superior.

Tal percentual é bastante expressivo, tendo em vista que está caracterizado que muitos alunos que até então não acreditavam que se podia chegar a Universidade hoje já se encontram, muitas vezes, ocupando o seu espaço no curso que escolheu.

A capital alagoana apresenta grande discrepância em número de alunos cotistas em relação a todo Estado. Sendo o maior campus da UFAL na capital do Estado, o número é justificado, porém, é importante salientar ao leitor que muitos profissionais residentes na capital atuam profissionalmente também nas outras regiões do Estado.

De posse dessa informação, seria um erro interpretar essa informação como um fator limitador de alcance e do impacto dessa Ação Afirmativa no Estado de Alagoas.



Em entrevista prestada para essa dissertação a professora Clara Suasuna, mencionou que muitos alunos, em 2005, não prestaram vestibular porque desconheciam quais os requisitos que permitiam a eles concorrerem pelas cotas, junte-se a isso, que muitos alunos detinham a opinião que a UFAL seria coisa para brancos e ricos, segue trecho da entrevista:

(...) até 2012, a UFAL não preencheu os 20% de vagas que são destinados às cotas, hoje esse número está em torno de 18% a 19%, tal percentual acredito que seja por dois fatores: ou porque não conseguem, os alunos passarem na prova do vestibular ou porque não concorrem as vagas pelo sistema de cotas. Que tais questões se devem a mentalidade dos próprios cotistas que não conseguem entrar na UFAL, porque seria algo impossível, tendo em vista a complexidade das provas e a concorrência com os alunos de Escola particulares, por conta dessa mentalidade o NEAB vem desenvolvendo um trabalho junto as Coordenadorias de ensino para informar aos alunos sobre as cotas, o seu conceito, objetivo, características, enfim, tudo para que essas pessoas tenham informação para poder participar. (CLARA SUASUNA)

Porém, mesmo com esse crescimento, o percentual destinado aos alunos cotistas, qual seja 20% (vinte por cento), até em 2012, não havia sido preenchido, conforme se depreende da leitura da entrevista da Diretora do NEAB e professora da Universidade, Clara Suassuna.

A análise quantitativa demonstra o aumento de inscrições de alunos cotistas a cada ano, o que traduz a maior procura pelo ensino superior de uma classe que até então, estava à margem e fora da Universidade. Esse crescimento tende a equiparar gradativamente o desenvolvimento de uma classe que estava fora do ambiente educacional e que por conta das cotas, poderão ser capazes de mudar um contexto social excludente e por de mais desigual.

Verifica-se que o processo de eliminação do preconceito racial é bastante complexo e envolve outros fatores, além das cotas na área da educação. É papel do Estado, fazer investimentos para regular essas distorções históricas, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como universidade pública, realizar tais investimentos através da ampliação de seu

acervo a respeito da cultura africana, promover cursos, palestras e debates além de investir na capacitação do corpo docente entre outras ações, dos próprios alunos e da sociedade como um todo.

De acordo com o projeto para implantação de programas de ações afirmativas na Universidade Federal de Alagoas (pág. 25), em sua justificativa de execução apresenta que:

Portanto, se verificou que inicialmente os resultados obtidos através de uma análise qualitativa e quantitativa dos dados, demonstram que a aplicação das ações afirmativas sinaliza de forma positiva ao acesso da população afro-descendente no ensino superior, e por conseguinte, no combate a desigualdade social.

Dos 13 cursos agrupados e ofertados na área de exatas, 05 tiveram maior número de vagas oferecidas no período de 2005 a 2011 e 40% desses cursos são voltados à licenciatura.

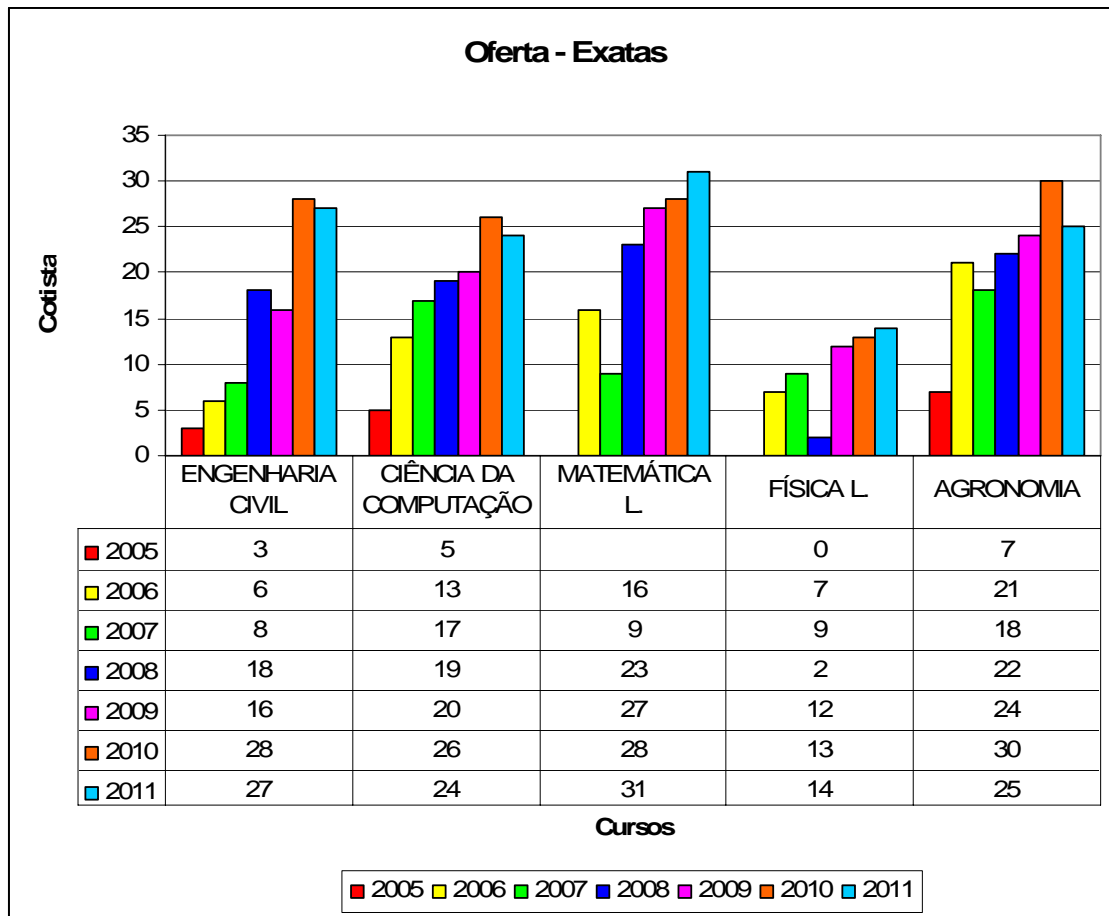
Dos 05 cursos que merecem destaque por ter apresentado um significativo aumento no número de vagas de 2005 a 2011:

- a) Engenharia Civil - aumento de 24;
- b) Ciências da Computação - aumento de 19;
- c) Matemática Licenciatura - aumento de 15;
- d) Física Licenciatura - aumento de 7;
- e) Agronomia - aumento de 18.

Os cursos destacados direcionados à docência são: Matemática e Física. Dado relevante ao que se refere à efetividade da ação afirmativa e impacto social, pois, estão sendo formados novos atores sociais que contribuirão com a formação futura de novos atores sociais que colaborarão para o desenvolvimento do Estado de Alagoas e do País.

Os outros cursos destacados (Engenharia Civil, Ciências da Computação e Agronomia) estão formando profissionais para atender o crescimento e desenvolvimento do Estado no aspecto de Infraestrutura, tecnologia e Agro-Business.

Os demais cursos de Engenharia, Arquitetura, Química e Meteorologia, também apresentaram crescimento significativo e atendem às necessidades de Infraestrutura Urbana, Desenvolvimento Agroindustrial, Indústria (Petróleo e Gás) e Tecnologia. Conforme gráfico a seguir:



Dos 10 cursos agrupados e ofertados na área de saúde, 04 tiveram maior número de vagas oferecidas no período de 2005 a 2011, dentre eles 01 é voltado à licenciatura.

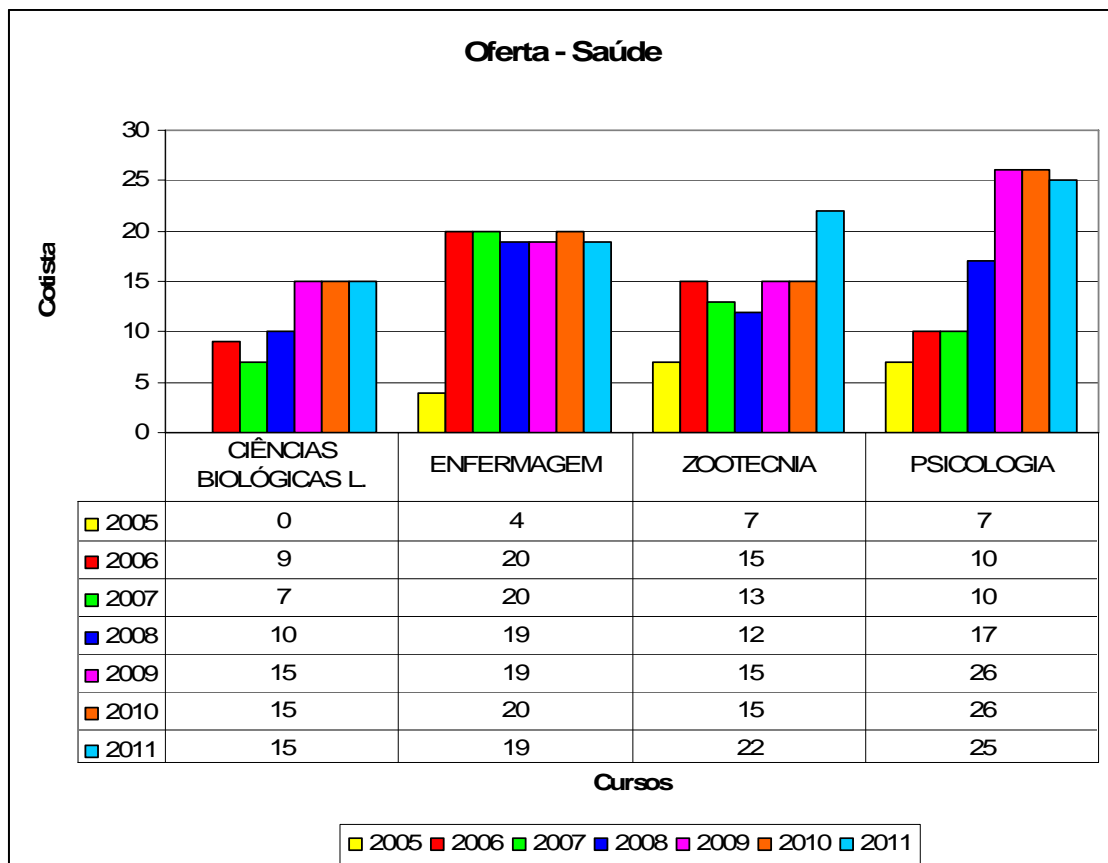
Dos 04 cursos que merecem destaque por ter apresentado um significativo aumento no número de vagas de 2005 a 2011:

- a) Ciências Biológicas Licenciatura – aumento 15;
- b) Enfermagem - aumento 15;
- c) Zootecnia - aumento 15
- d) Psicologia – aumento 18.

O curso destacado direcionados à docência é: Ciências Biológicas. Dado relevante ao que se refere à efetividade da ação afirmativa e impacto social, pois, estão sendo formados novos professores, que contribuirão para a formação de futuros atores sociais, que colaborarão com o a educação de base direcionada às mais diversas áreas de saúde.

Os outros cursos destacados (Enfermagem, Zootecnia e Psicologia) estão formando novos profissionais que irão atender a demanda do Estado de Alagoas, fazendo com estes cotistas façam parte das equipes de profissionais multidisciplinares de saúde nos âmbitos: hospitalar, clínico, social e animal (urbano e rural).

Os demais cursos de Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Farmácia e Nutrição, apresentam o número de vagas constantes, desde 2005. De acordo com o gráfico abaixo:



Dos 19 cursos ofertados na área de humanas, 10 tiveram maior número de vagas oferecidas no período de 2005 a 2011 e 50% desses são voltados à licenciatura.

Entre os 10 cursos, alguns merecem destaque por ter apresentado um significativo aumento no número de vagas de 2005 a 2011:

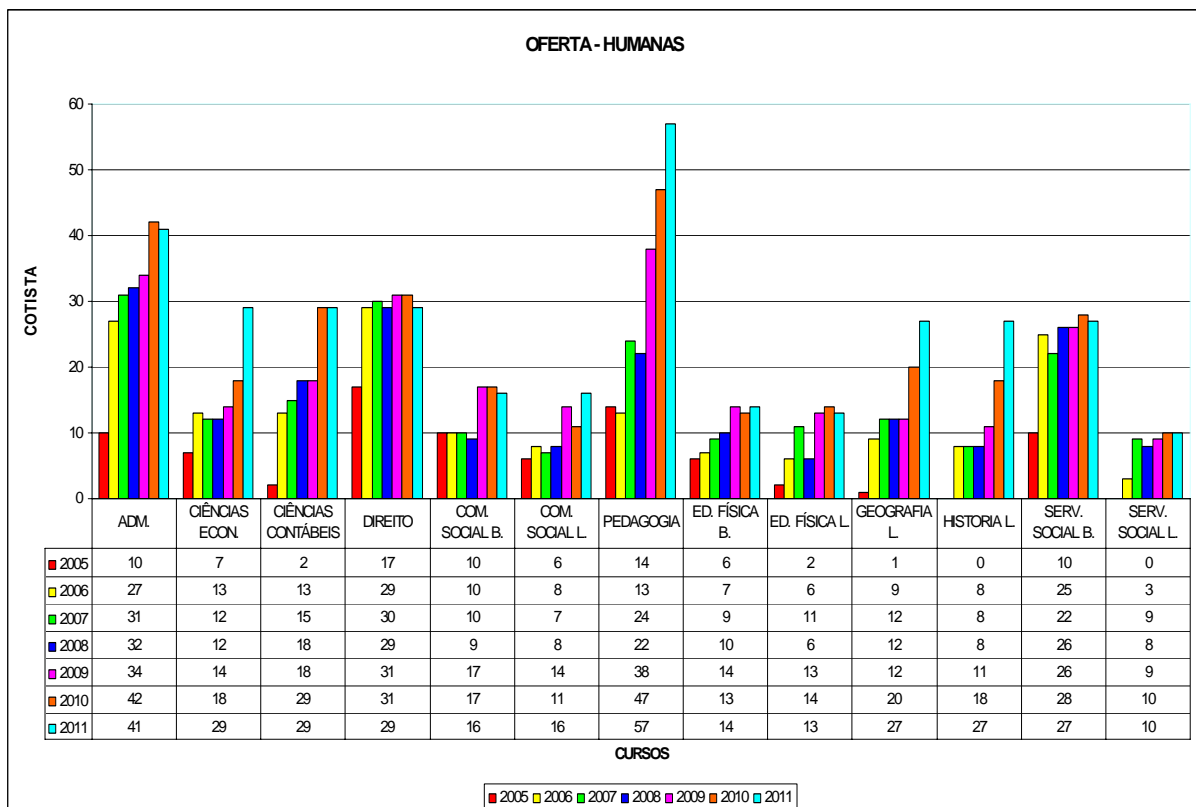
- a) Administração – aumento de 31;
- b) Economia – aumento de 22;
- c) Ciências Contábeis - aumento 27;
- d) Pedagogia - aumento 43;

- e) Geografia Licenciatura - aumento 26;
- f) História Licenciatura - aumento 27.

Ressalte-se que 50% dos cursos destacados são direcionados à docência (Pedagogia, Geografia L., História L.). Dado relevante para efetividade da ação afirmativa e o impacto social, pois, estão sendo formados novos atores sociais que contribuirão com a educação no Estado de Alagoas, servirão de exemplo e influência positiva às novas gerações que terão a oportunidade da identificação de origem, etnia e de esforço para a equiparação de formação acadêmica, profissional e de oportunidades.

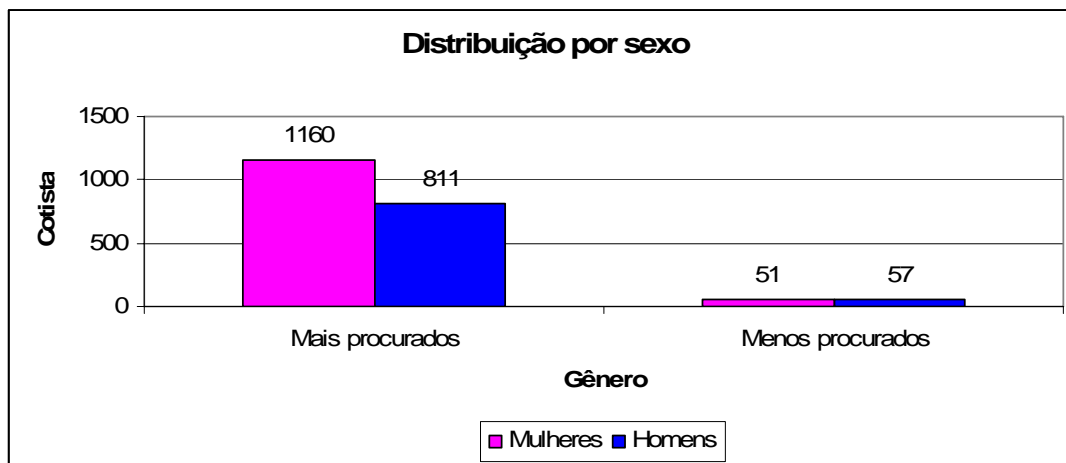
Os outros 50% dos cursos destacados (Administração, Economia e Ciências Contábeis) estão formando profissionais para atender o crescimento e desenvolvimento do Estado no aspecto Industrial, Organizacional e Serviços, propiciando a presença dos negros e dos menos favorecidos em vários setores da sociedade.

Os demais cursos, tais como, Direito, Serviço Social (B. e L.), Comunicação Social (B. e L.) e Educação Física (B. e L.), também apresentaram crescimento significativo e atendem às necessidades sociais no que tange à pessoa humana e jurídica, as organizações e as comunidades, inclusive como docentes.

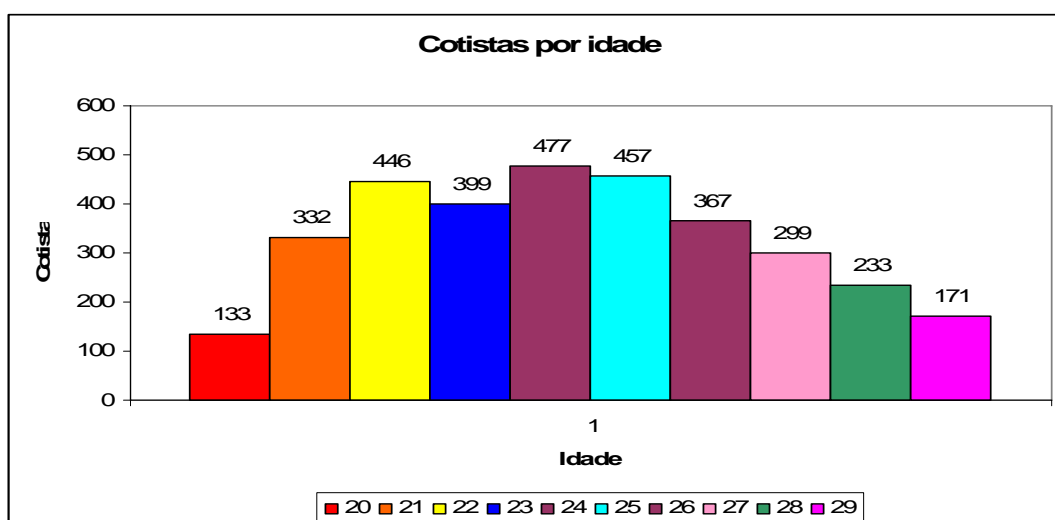


As mulheres representam 28,4% a mais que os homens entre os cotistas matriculados nos cursos mais procurados e 11% a menos que os homens nos cursos menos procurados. A diferença percentual estipulada pela distribuição das cotas entre gêneros (60% para mulheres e 40% para homens) se dá pelos cursos de procura regular.

Dado relevante que demonstra mais do que o fenômeno social da inserção da mulher no mercado de trabalho, representa a efetividade do objetivo das cotas pelo gênero.



Em 2005 a faixa etária dos alunos cotistas estava compreendida entre os 25 a 30 anos de idade, contudo, hoje a faixa etária de maior representatividade entre os cotistas se dá entre os 20 e 30 anos de idade e nesse intervalo a faixa etária que apresenta o maior número se dá entre os 22 e 25 anos conforme gráfico abaixo, somando 1.779 pessoas. Alunos entre 20 e 22 anos somam 465 pessoas, dos 26 aos 29 anos somam 1070 alunos (as) e dos 30 aos 61 anos de idade em diante somam 606 pessoas.



Com isso, verifica-se que as cotas, como meio de viabilizar o acesso ao ensino superior daqueles que estão à margem da sociedade, realmente estão atendendo aos seus objetivos, uma vez que os números, mesmo que brutos, sinalizam nesse sentido.

Seja por questões históricas, herança da escravidão, ou por preconceito de raça, independente da causa que justifique a ausência muito elevada da comunidade negra na Universidade, a estatística mostra que o acesso está sendo, gradativamente, efetivado, cumprindo as ações afirmativas, isto é, as cotas com os objetivos pelos quais se justifica a aplicação das medidas (cotas).

Ressalte-se ainda, quanto aos números relativos à presença das mulheres negras no ensino superior, que são elevados e significativos, demonstrando que o recorte de gênero nas cotas de alagoas, fez mudar a concepção, com relação a algumas profissões, que as mulheres podem e são tão capazes quanto os homens.

Os resultados quantitativos dessa pesquisa confirmam a efetividade das cotas de acesso ao ensino superior, trazendo à luz do conhecimento a amplitude do impacto na sociedade alagoana. Dentre os resultados observados destaca-se o brilhantismo estratégico da oferta de cursos de Licenciatura que influenciam progressivamente as comunidades afro-descendentes oriundas do ensino público que através do retorno às comunidades marginalizadas em razão da sua evolução histórica de seus atores sociais, que com muito empenho, garra, persistência e determinação aproveitaram a oportunidade, superaram as dificuldades esperadas e inesperadas dos entraves do ensino público atual, tais como, infraestrutura voltada à educação, preconceito, limitações financeiras para o trânsito domicílio, universidade, domicílio e/ou trabalho e suas possíveis variações, estão conseguindo ser exemplo às gerações que comporão os futuros profissionais do Estado de Alagoas de forma geral.

As cotas de acesso ao ensino superior são equitativamente distribuídas nas áreas de humanas, exatas e saúde e contribuem com a formação de profissionais que gradativamente atenderão às demandas metropolitanas e rurais de profissionais qualificados e competitivos com profissionais não cotistas, equilibrando gradativamente as desigualdades históricas de marginalização e exclusão social.

Os níveis de reprovação e desistência apresentam resultados médios esperados nas áreas de formação, portanto, sem prejuízo à efetividade das cotas de acesso ao ensino superior.

Na área de humanas se dá a maior oferta de cursos agrupados (19) com 50% dos mesmos direcionados à Licenciatura. Dentre todos os cursos da área o que mais se destacou



em relação ao aumento do número de vagas oferecidas aos candidatos à Ação Afirmativa de cotas de acesso ao ensino superior foi Pedagogia influencia aspectos sociais básicos, tais como, a educação por exemplo.

As áreas de exatas e saúde qualificam pessoas de cada área e contribuem com a promoção do desenvolvimento e da saúde do Estado alagoano. Infra-Estrutura, Tecnologia e desenvolvimento urbano de forma geral pertencem às áreas de exatas e a formação de profissionais de saúde que além de contribuir para atender as necessidades atuais, formam profissionais capazes de ajudar o Estado no futuro através da mudança cultural das novas gerações.

A proporcionalidade de gênero das Cotas (60%) para mulheres e (40%) para homens, reflete o fenômeno social da inserção e domínio da mulher em alguns segmentos. A idade média dos cursos mais procurados é de 25 anos de idade, porém, nota-se relevância quantitativa da faixa etária dos 20 a 25 anos de idade.

O programa de acesso ao ensino superior pelas cotas pode ser considerado um sucesso em todo seu alcance, desde a sua concepção aos resultados tangíveis e intangíveis.

## **1.2 Políticas que Viabilizam a Permanência dos Cotistas na Universidade**

Conforme se verificou no Projeto para a implantação, PAAF, foi dividido em várias frentes com o intuito de otimizar a implantação e a efetividade das ações afirmativas, na modalidade – cotas.

Várias bolsas de iniciação científica, bem como o projeto chamado Afro-atitude em que os professores se escreviam na Pró-reitora de extensão com projetos que tinha como objeto de estudo das questões relacionadas às etnias, proporcionando para Universidade a pesquisa e o aprimoramento dos alunos, tanto cotistas quanto aos professores e alunos não cotistas, o projeto deu certo, viabilizando outros.

Outrossim, a iniciativa dos projetos de permanência foi e é importantíssima, uma vez que os cotistas são pessoas carentes que precisam de apoio para continuar estudando.

Também ocorreu a capacitação da comunidade, dos docentes e corpo administrativo para o desenvolvimento de pesquisas, trabalhos e a convivência com as pessoas que se declaravam negra.

Podemos mencionar nessa perspectiva várias políticas curriculares realizadas pelo NEAB para proporcionar e aplicar o projeto, são elas: História da África e A Lei 10.639/03 – Curso de História; Saúde da População Negra - Faculdade de Medicina; Educação: questão

étnica; Questão étnica, a história e o alimento - Curso de Nutrição. Seminários na 13ª CES para Diretores e Coordenadores; Atuação junto ao Fórum de Educação nas Formações Continuadas.

### 4.3 As Legislações Aplicadas às Cotas

No decorrer de toda a implantação das cotas foi sendo construído um conjunto de leis que viabilizaram e concretizaram a aplicação das cotas, iniciando pela lei nº 10.639/03 que instituiu as diretrizes e as bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

A mencionada legislação proporcionou capacitação para os professores do ensino fundamental, médio e superior quanto às questões raciais no país, no contexto da UFAL, por exemplo, disciplinas específicas nos currículos obrigatórios de determinados cursos como História, Educação, Medicina, com disciplina eletiva: Saúde da População Negra ou sobre a Lei 10.639/03, uma vez que a universidade é responsável pela formação dos futuros professores que irão trabalhar nas redes privadas ou públicas do ensino.

As cotas seguem sofrendo muitas críticas, sendo discutidas pela Corte máxima do país, no tocante a sua constitucionalidade, obtendo da mencionada Corte, o Supremo Tribunal Federal (STF), resposta positiva, ganhando apoio e até mesmo legitimidade para continuar com a política de implantação nas Universidades públicas do país.

Por fim em agosto de 2012, surge a lei nº 12.711, que obriga as universidades, institutos e Centros Federais a reservarem metade de suas vagas, oferecidas anualmente em seus processos seletivos, para candidatos cotistas, com prazo de cumprimento em 30 de agosto de 2016. Durante esse lapso temporal, a reserva de vagas para cotista será gradativa, isto é, em 2013, deverá ser reservado 25% (vinte e cinco) das vagas ou separar 12,5% do total das vagas para esses candidatos.

O que mais chama atenção na legislação é o fato das cotas sociais terem sido ratificadas como forma de diminuir a desigualdade entre as classes, conforme se depreende dos artigos que seguem relativos à citada lei (Lei nº 12.711/12), *in verbis*:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Observa-se que com a entrada em vigor da legislação acima, as cotas sociais ficaram bem evidentes, já que quando eram mencionadas pelas Universidades, que por faculdade implantava o sistema de cotas, o principal fogo estava na questão racial.

#### **4.4 As Perspectivas de Alguns Alunos Cotistas Frente às Cotas**

Foi realizado um questionário para os alunos cotistas da UFAL, nos seguintes termos e perguntas:

##### **Primeira Entrevista**

1º) Qual a sua visão com relação as cotas? Acha que corresponde e são importantes para o desenvolvimento dos alunos que a aderem?

Resp.: Particularmente, acredito que as cotas, em face da precária situação em que se encontra o ensino público nacional, em especial os níveis básico e fundamental, são imprescindíveis. Entretanto, posiciono-me contrariamente à adoção de cotas raciais, de modo que, na minha visão estas deveriam ser pura e simplesmente sociais, pois as dificuldades não se encontram ligadas a raça ou gênero, apesar de todo o passado discriminatório. Estas dificuldades são fruto de um Estado omissivo em suas atribuições, de modo que torna-se impossível para um jovem que tem toda sua formação básica construída através da precária educação pública competir, em pé de igualdade, com aquele que por uma questão de “sorte”, digamos, teve a oportunidade de nascer uma família mais abastada de modo a perceber uma educação de qualidade, disponível somente e infelizmente na rede privada de ensino.

2º) Como foi que você teve conhecimento sobre as cotas quando do ensino médio?

Resp.: Através de orientações por parte dos professores, no ensino médio.

3º) Acredita que após ter entrado na Universidade a sua vida e a dos seus familiares melhorou?

Com toda a certeza. Não fosse o sistema de cota, seria muito difícil o ingresso na universidade Federal e no ensino superior como um todo em face da grande disparidade entre as redes pública e privada de ensino. Através do sistema de cotas esta porta foi aberta, e com ela toda uma perspectiva de um futuro melhor, tanto para mim quanto para meus familiares. Uma vez dentro da universidade o cotista, assim como todos os demais alunos, tem ao alcance de suas mãos a melhoria do seu futuro, vale dizer, mediante muito esforço, pois o caminho a ser traçado pelo cotista dentro da universidade é o mesmo exigido dos demais alunos.

4º) Quantos da sua família tem ensino superior, fora você?

Resp.: Além de mim, nenhum dos membros da minha família possuem nível superior de ensino.

5º) Você acha que se não tivesse cota, você teria ido para Universidade? Por quê?

Resp.: Apesar de o sistema de cotas ser de grande ajuda, acredito que seria possível, sim, o ingresso ao nível superior, apesar de muito mais difícil.

6º) Na Universidade sofreu ou passou por algum constrangimento por ser cotista?

Resp.: De forma alguma. Dentro da universidade todos são alunos, sem distinção, e a instituição zela pelo tratamento igualitário entre estes, omitindo, inclusive, a informação quanto quem é ou deixa de ser cotista.

7º) Você acredita que as cotas corrigem um problema histórico? Por quê?

Resp.: Em parte. Porém, as cotas não são e nem serão a solução definitiva para este problema. É fato que historicamente os negros foram preteridos de seus Direitos dentro da sociedade brasileira, mas isso não os torna mais ou menos inteligentes do que qualquer outra raça. Simplesmente as cotas ajudam a corrigir disparidades econômicas dando oportunidades aos economicamente desfavorecidos que não tem acesso a um ensino de qualidade que lhes proporcionaria mudar sua realidade. Sim, é fato que estes economicamente desfavorecidos são em sua maioria negros em decorrência destes fatos históricos. Sendo assim é fato também, que as cotas estão atuando em uma pequena parte deste ponto, porém, não tenho dúvidas em afirmar, que a solução definitiva encontra-se na melhoria dos serviços oferecidos pelo Estado, em especial, a educação.

Dados do entrevistado: Wellington Felipe Florencio da Silva  
 RG: 3173332-8  
 Ano de ingresso: 2010.1  
 Curso: Nutrição.

## **Segunda entrevista**

1º) Qual a sua visão com relação as cotas? acha que corresponde e são importantes para o desenvolvimento dos alunos que aderem?

Resp.: As cotas são importantes e necessárias para garantir a entrada das minorias na universidade pública. É importante para o desenvolvimento social e intelectual dos alunos cotistas.

2º) Como foi que você teve conhecimento sobre as cotas quando do ensino médio?

Resp.: Tive conhecimento das cotas a partir de jornais e internet.

3º) Acredita que após ter entrado na Universidade a sua vida e a dos seus familiares melhorou?

Resp.: Melhorou, pois as perspectivas de futuro aumentam quando ingressamos na universidade.

4º) Quantos da sua família tem ensino superior, fora você?

Resp.: Apenas eu.

5º) Você acha que se não tivesse cota, você teria ido para Universidade? Por quê?

Resp.: Não, por que as escolas públicas não nos preparam para o cotidiano, o que dizer para universidade, concorrendo com alunos das melhores escolas do estado e agora do Brasil.

6º) Na Universidade sofreu ou passou por algum constrangimento por ser cotista?

Resp.: Sim, quando falamos de cotas parece que a gente é inferior aos que entram como eles dizem: “na raça”.

7º) Você acredita que as cotas corrigem um problema histórico? Por quê?

As cotas são um atestado que a educação pública é desprezada e continuamos no passado, pois a população continua leiga e nos compram com as “cotas”. Isso não corrige o problema histórico, apenas tapa uma pequena parte do buraco da educação no Brasil. Em minha opinião as “cotas” deveriam ser para os ricos, pois estes podem pagar boas faculdades. Mas para isso acontecer ensino fundamental e médio ainda precisam melhorar e muito, pois a maioria dos estudantes de escola pública não são preparados para os conteúdos de uma universidade federal.

Dados do entrevistado:  
Rafael Barboza Fernandes;  
Matrícula: 11111043;  
Ingresso: 2011.1;  
UFAL na faculdade de nutrição.

## CONSIDERAÇÕES QUALITATIVAS A RESPEITO DA OPINIÃO DE ALUNOS COTISTAS

Os alunos entrevistados concordam que a Ação Afirmativa de acesso ao ensino superior através das cotas representa uma oportunidade para aqueles que não tiveram a chance de estudar em escolas particulares, que atualmente de modo geral, preparam melhor os seus alunos para o processo seletivo universitário. Ambos percebem a relevância do acesso ao ensino superior através das cotas em suas vidas, uma vez, que são os primeiros de suas famílias estudando em nível superior, em uma Universidade Federal e destacam a melhoria de perspectivas para o futuro.

Os alunos entrevistados defendem que essa Ação Afirmativa não corrige um problema histórico e evidenciam, cada uma a sua maneira, a problemática da qualidade da educação pública de níveis fundamental e médio onde por razões históricas negros e pardos Afro-Descendentes estudam em razão de questões econômicas decorrentes de processo evolutivo social e histórico.

Diferem em suas percepções sobre serem alunos cotistas e sobre sofrerem qualquer tipo de preconceito e constrangimento. É interessante ressaltar que para aquele que disse não ter percebido qualquer constrangimento, o acesso a educação de nível superior continua sendo uma possibilidade real, ainda que mais difícil sem o sistema de cotas. Já para aquele que disse sentir-se constrangido, o acesso à formação superior não seria possível se essa Ação Afirmativa não existisse.

Para ambos, a Ação Afirmativa de acesso ao ensino superior é uma medida eficaz, porém, paliativa frente à responsabilidade do Estado quanto ao investimento na educação para que esta esteja de acordo com o previsto pela Constituição Federal, de que seja de qualidade e para todos.

Verifica-se ainda, que há uma divergência quanto à necessidade das cotas para o ingresso na Universidade, tendo em vista que um não acredita que as cotas raciais estejam relacionadas com o passado, defendendo a necessidade cotas sociais, uma vez que relata da dificuldade de frequentar uma Escola privada que ofereça um ensino de boa qualidade,

enquanto o outro, posiciona-se a favor, inclusive chamando atenção de como os demais alunos costumam rotular os cotistas, citando: “*passou na raça*” .

As entrevistas chamam atenção para pontos que estão relacionados com a satisfação, a oportunidade de se ter uma perspectiva melhor de futuro, tendo em vista que em ambos os entrevistados, dentro de seu ambiente familiar, são os únicos que possui o nível superior, esse fato é bastante relevante por que traduz a eficácia e a efetividade das cotas, à medida que transforma o universo do aluno negro, sem acesso a nada, a inserção no ensino superior.

Visualizamos a criação de uma nova identidade social, a partir do momento que esses alunos conseguem se enxergar de uma forma diferente, sentem-se capazes de fazer parte do mundo universitário, antes tão longe da realidade que eles acreditavam existir, configurando o que Boudieu, chama de *habitus*, ou seja, a incorporação de uma determinada estrutura social pelo indivíduo, implicando no seu modo de sentir, pensar e agir.

## CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo uma análise quanto à implantação do sistema de cotas para negros, instituído pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) com o fito de contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Traçando como problemática a visualização da eficácia da implantação das cotas pela Universidade Federal de Alagoas, avaliando os dados catalogados pelo Núcleo de Estudos Afro-descendente de Alagoas (NEAB), bem como, possui como hipóteses, a análise da política pública como meio de propiciar acesso ao ensino superior, a demonstração da necessidade de ações afirmativas como mola propulsora de inserção social, e aplicação e projetos que viabilizaram a implantação das cotas na Ufal.

A presente dissertação inicia com a introdução, versando sobre um panorama da realidade do negro, sua trajetória e conquistas para os debates quanto à necessidade das cotas no Estado. Ademais se divide em capítulos, observando a ordem quanto às políticas públicas e as suas nuances.

No primeiro capítulo foi discutido sobre o surgimento das políticas públicas, origem, conceito, espécies e vantagens, correntes doutrinárias quanto à natureza e a sua adequação ao caso concreto, visualização das diferenças entre as políticas públicas e governamentais.

No segundo capítulo, foi debatido sobre as ações afirmativas, seu conceito, origem, características e a perspectiva no Brasil sobre as concepções de Raça, classe, desigualdade racial e discriminação racial, traçando os principais contrapontos que esbarram na concepção de desigualdade racial e discriminação racial.

Já no terceiro capítulo, faz menção sobre o sistema de cotas, como funciona, como ocorreu o processo para o ingresso à Universidade, seus atores sociais, sua origem e seu conteúdo, as principais dificuldades enfrentadas por todo o seguimento, tanto do movimento da população negra quanto da comunidade universitária.

Quanto ao quarto capítulo, observamos os quadros, demonstrando a eficácia da implantação, seus principais problemas, a análise dos números apresentados pelo NEAB, a evolução dos números que representam os alunos cotistas, como cresceram no decorrer dos anos, entrevista com alguns alunos cotistas, a legislação aplicada ao sistema de cotas.

Após toda a análise e pesquisa é importante registrar que o reconhecimento pelo governo brasileiro da existência de problemas raciais no país e da necessidade de buscar soluções para tais questões, fortaleceu os movimentos negros que ganharam espaço na mídia, revelando a discriminação e o preconceito racial enfrentados pelas pessoas negras no país.



Ademais, ressalte-se que no Brasil, a discriminação e o preconceito, eram velados – amparados por uma população mestiça que insiste em negar tais ações - tornando mais difícil diagnosticar os problemas e, conseqüentemente, a adoção de políticas públicas diferenciadas que permitissem o ingresso ao ensino superior da população negra.

Com isso, demonstrando a situação e a realidade do Estado de Alagoas, o NEAB, juntamente, com a Secretaria das Minorias do Estado de Alagoas, apresentaram junto à Universidade Federal um projeto que permitiu a discussão sobre a implantação das cotas na Universidade.

Após muitos debates e entraves, o CONSUNI (Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas) aprovou o sistema de cotas para Afrodescendentes provenientes de Escolas Públicas, através da Resolução nº 33/2003, data de 06 de novembro de 2003.

Constatou-se, ao verificar os conceitos estabelecidos por vários estudiosos do tema, que o sistema de cotas adotado pela UFAL representou um fator de grande importância para o acesso da população negra ao ensino superior, tendo em vista que é possível afirmar que o número de alunos cotistas, inicialmente, eram 184, em 2005, quando da implantação das cotas na Universidade, hoje aumentou, consideravelmente, para 3.920 alunos cotistas, traduzindo no avanço para a diminuição da desigualdade através do preconceito racial e social.

Quanto à forma de acesso, observamos que a UFAL adota critério da Autodeclaração, privilegiando, além do caráter étnico e social, também o caráter de gênero, uma vez que do percentual das vagas, inicialmente oferecido de 20% (vinte por cento), fazia menção que 60% (sessenta por cento) se destinavam às mulheres e os 40% (quarenta por cento) para os homens negros.

A UFAL foi uma das pioneiras em desenvolver cotas resguardando o percentual para mulheres, representando a preocupação de uma forma geral quanto à discriminação entre os sexos, que até hoje, visualizamos.

A opção pelo sistema de cotas se dá para Afrodescendentes provenientes de Escolas públicas, apenas traduzia a desigualdade encontrada na realidade do Estado de Alagoas que, na época, apresentava números expressivos quanto à falta de acesso dos negros ao ensino superior, entre outras tantas diferenças.

O processo histórico também foi fator preponderante para se travar uma luta pela igualdade social e racial, mesmo existindo vozes que discordam dessa questão, frise-se que a polêmica do sistema de cotas para negros ainda persiste, já que traz à discussão de sentimentos antagônicos e os conflitos raciais - dos quais muitos preferem não acreditarem.

Ademais, frise-se que junto com a implantação do sistema de cotas na UFAL, também foi necessário criar projetos que permitissem a entrada e a permanência dos alunos cotista na Universidade, logo junto com a implantação, nasceu o projeto PAAF (Política de Ações Afirmativas), composto por várias ações, são elas: Políticas de Cotas; Políticas de Acesso e Permanência; Políticas Curriculares e de Formação de Professores; Políticas de Produção de Conhecimento.

Outrossim, é importante frisar que os dados estatísticos apresentados pelo NEAB, mesmo que números brutos, sinalizam que houve um avanço na perspectiva dos alunos cotistas, do corpo docente, discente não-cotista, nos funcionários da Universidade, ou seja, em todo o âmbito da Universidade Federal que passou a se preparar e a fazer reflexão sobre a necessidade e importância que essas ações afirmativas representam para o Estado e para própria Universidade.

A UFAL se espelhou em experiências ocorridas em outras Universidades como a UNB (Universidade de Brasília) que implantou o sistema e teve acertos e erros quanto à forma de aplicação e do conhecimento do cotista.

Logo se percebe que o Brasil de uma forma geral ratifica o que foi discutido e determinado na Conferência de Durban, na África do Sul, ressaltando que é preciso que a diminuição da desigualdade seja observada em todas as áreas, como no mercado de trabalho, pois, nos faz refletir quanto ao acesso do negro no mercado de trabalho, será que estará garantido? Bem como a igualdade salarial com os brancos, ou fica apenas na questão de que o negro somente conseguiu se formar em universidade pública?

É necessário mencionar que a UFAL, tem assumido com louvor a responsabilidade de formar e permitir as pessoas, sejam elas, de classe, de etnia, de gênero, diferentes, o acesso ao ensino superior, bem como, permitindo aos cotistas a sua permanência, contribuindo para diminuir a desigualdade social do Estado de Alagoas. O sistema de cotas abriu o caminho para que a reflexão sobre a democracia racial fosse colocada em pauta, parafraseando Florestan Fernandes, a sociedade brasileira tem “preconceito de ter preconceito”.

Ressalte-se, que o Estado, por ter como responsabilidade gerar o bem-estar da sociedade, deve primar por uma educação de qualidade desde a infância, para permitir que todos os cidadãos, independentes de cor, raça, sexo, gênero ou de um passado de discriminação, não necessitam de políticas públicas compensatórias para terem igualdade de oportunidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, J. C. dos (2004). Etnia, raça e saúde: sob uma perspectiva nominalista. In S. Monteiro & L. Sansone (Orgs.). **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p. 97-119.

AZEVEDO, Eliane. **Raça: Conceito e Preconceito**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

AZEVEDO, Thales de. **Democracia Racial: ideologia e realidade**. Petrópolis – RJ. Ed. Vozes, 1975, p. 34-56.

BARBOSA, I.M.F. **Socialização e Relações Raciais: Um Estudo de Família Negra em Campinas**. São Paulo: FFLCH-USP, 1983. “Socialização e identidade racial”. Cadernos de Pesquisa, n° 63. São Paulo, 1987. p. 54-5.

BELLINTANI, Leila Pinheiro. **Ação Afirmativa e os Princípios do Direito** – a questão de quotas raciais para o ingresso no ensino superior no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Júris, 2006.

BERRIEL, M.M.O. **A Identidade Fragmentada: As Muitas Maneiras de Ser Negro**. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

BOTELHO, D. Aya Nini (Coragem). **Educadores e Educadoras no Enfrentamento de Práticas Racistas em Espaços Escolares**. São Paulo e Havana. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina). Prolam-USP, São Paulo, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma Teoria da Prática**. In: ORTIZ, Renato (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu, São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Paradoxo do Sociólogo. Questões de Sociologia.** Tradução Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 68 a 88.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Linguísticas.** Tradução Sérgio Miceliet alii. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Escola Conservadora: as desigualdades sociais frente à escola e à cultura** Tradução de Aparecida Joly Gouveia. Paris: Revue française de sociologie, 1966.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006, op. Cit. p.14.

CARVALHO, Alonso Bezerra – **Max Weber: Modernidade, Ciência e Educação.** São Paulo: Ed. Vozes, 2005.

CAVALLEIRO, E. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação Racial na Educação Infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

CHAGAS, C.C. das. **Negro: Uma Identidade em Construção.** São Paulo: Vozes, 1996.

COLLINS, R. 1994. **Four Sociological Traditions.** New York: OUP.

FELD, S. L. **On the Emergence of Social Norms.** Contemporary Sociology, v.31, n.6. 2002. p. 638-40.

FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra: **Ações Afirmativas no Brasil: Uma Discussão Política.** Disponível:  
<[http://www.portalanterior.uneb.br/cepaia/docs/acoes\\_afirmativas\\_no\\_brasil.pdf](http://www.portalanterior.uneb.br/cepaia/docs/acoes_afirmativas_no_brasil.pdf)>

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala.** 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade.** São Paulo. Martins Fontes, 1989.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **O Acesso de Negros às Universidades Públicas.** In: Revista da FAEEBA / Universidade do estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 12, n° 19 (jan. /jun., 2003) – Salvador: UNEB, 2003. p. 191-204.

HOMERCHER, Evandro T. BERGUE, Sandro TRESCASTRO. **Política Pública e Transparência: reflexões disciplinares.** In: Revista Interesse público (IP), ano 13, n. 68, jul/ago. 2011. Belo Horizonte: Fórum, 2011. Revista de doutrina e jurisprudência, legislação e crítica judiciária. Bimestral. p. 406.

JUNIOR, João Alfredo C. C. M – **Burocracia e Educação: Uma Análise a Partir de Max Weber.** Pelotas: Janeiro / Junho 2010. p. 147-164.

LOWI, Theodor. **American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory, World Politics**, 16: 677-715. 1964.

MACHADO Leda M. V. 1996, p. 5.

MARQUES MARTINS NOGUEIRA, Claudio e NOGUEIRA, Maria Alice. **A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites E Contribuições.** Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

MARQUES MARTINS NOGUEIRA, Claudio e NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu & a Educação.** Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: **História e Debates no Brasil.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Reflexões Sobre o Movimento Negro no Brasil. 1938 – 1997.** In GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo e Huntley, Lynn Walker. Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

OLIVEIRA, Maria Luisa Pereira de. **Modos de Subjetivação de Mulheres Negras: Efeitos da Discriminação Racial.** ONG Maria Mulher. Porto Alegre, Brasil visitado em 03/11/2013, às 13h54min <<http://www.redalyc.org/pdf/3093/309326666014.pdf>>.

PIERSON, P. "Review: **When Effect Becomes Cause: policy feedback and political change**". World Politics, v. 45, n. 4. 1993. p. 595-628.

SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil Visto de Fora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias. ano 8, n. 16. 2006. p. 20-45.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003. e <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_arttext)> visitado em: ago. 2013

TAYLOR, C. 1991. **The Ethics of Authenticity**. Cambridge, Mass.: Harvard University.

UFAL, Universidade Federal de Alagoas. **Projeto para implantação de programas de ações afirmativas na Universidade Federal de Alagoas**. Maceió, 2004. p. 25.

WEBER, Marianne. **Weber uma biografia**. São Paulo: Casa Jorge Editorial, 2003.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Organização e Introdução: H. H. Gert e C. Wright Mills. 5. ed. Rio de Janeiro: 1982.

WILDAVSKY, Aaron. **The Policy of Budgetary Process**. Boston: Little and Brown, 2. ed. 1992.

**ANEXOS**